BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

REPRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 10 NÚMERO 12 DEZEMBRO DE 1986

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do CEA/IBRE/FGV)**

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**, Bruno Marcus Rangel Pessanha **(supervisão de pesquisa e pecuária)**, Fernando Roberto de Freitas Almeida **(editoração, arroz, feijão e uva)**, Fernando da Silva Santiago **(café e amendoim)**, Francisco Antônio da Fonseca Menezes **(cana-de-açúcar e álcool)**, Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**, Janet Fajardo Zaidhaft **(alho, cebola e mamona)**, Leila Tendrih de Freitas Almeida **(oleaginosas e trigo)**, Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola e cacau)**, Martha Macedo de Lima Barata **(cevada, centeio e sorgo)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**, Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)** e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza **(secretária)**, Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Calvalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Agroanalysis *alcançou seu primeiro decênio. No caminho, transformou-se, evoluiu e, hoje, nenhuma outra publicação brasileira do gênero a supera. Na verdade, apenas tem registrado, com isenção e competência, os mais relevantes fatos neste vasto e complexo universo da economia rural, procurando destacar algumas evidências que, quando e se conveniente e tempestivamente entendidas, podem desencadear ações pertinentes. Se este for o propósito.*

Os esforços de todos os agentes econômicos envolvidos na produção, a problemática questão do abastecimento em um país maculado pelo subconsumo, as idas e vindas da política agrícola governamental e as relações dos agricultores com os demais setores econômicos foram temas, dentre outros, tão constantemente abordados que, em várias oportunidades, tornaram-se até pleonásticos.

Também não se descuidou de acompanhar o processo denominado **prioridade à agricultura**, *quando houve a tentativa – ou melhor, começou a tentativa, pois o viés do raciocínio subjacente permanece – de fazer com que a lavoura e a pecuária provessem o país de alimentos e de energia renovável, contribuindo, ainda, para o equilíbrio da balança comercial.*

Nos dez anos caminhados, contudo, talvez o de 1986 tenha sido o mais difícil, pois que se iniciou sob certo alarmismo, derivado de prolongada estiagem no Centro-Sul e que ensejou contraditórias e variegadas iniciativas por parte do governo. Antes mesmo que uma prolongada grande **quebra de safra** *fosse desmistificada, adveio o rigor das medidas anunciadas em 28 de fevereiro, as quais desconsideraram a sazonalidade característica da atividade agrícola.*

Também em 1986, o estado retomou o intento de **planejar** *a economia. No* **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República** *o Setor inexiste. Posteriormente, foram-lhe fixadas algumas* **metas**, *em documento ambicioso, embora* **desarticulado**. *Difundiu-se amplamente o neologismo* **desabastecimento**, *associado ao ágio, ou seja, ao* **mercado negro**. *A* **reforma da reforma econômica**, *de novembro, trouxe mais problemas para a agricultura, ao acarretar-lhe maiores custos. Às tradicionais carências estruturais somaram-se outros empecilhos, oriundos de erros de avaliação. Divisas escoaram-se, para pagar importações de gêneros alimentícios facilmente produzíveis aqui mesmo. Mais uma vez, a reforma fundiária foi trombeteada e postergada.*

Para os redatores de **Agroanalysis**, *a dificuldade primeira a vencer, no ano expirante, constituiu-se no distinguir a versão do fato ou o joio do trigo, tantas e tão volumosas foram as* **intenções** *sucessivamente anunciadas e não concretizadas. Felizmente,* **Agroanalysis** *conta com o decidido auxílio de centenas de colaboradores voluntários, em todos os cantos do território pátrio. A eles muito se deve.*

Em 1987, de acordo com as primeiras previsões, os principais produtos agrícolas voltarão a crescer, não obstante as incertezas de agora quanto às tendências da economia brasileira. A abundância da próxima safra poderá contribuir para a superação de uma fase que se afigura especialmente difícil.

Boas festas, apesar dos pesares.

SUMÁRIO

PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL . . 2

PRODUTOS ANIMAIS
- Avicultura de Corte 10
- Avicultura de Postura 12

PRODUTOS VEGETAIS
- Cana-de-açúcar 14
- Trigo 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL

De 1979 a 1986, a produção cresceu a uma taxa média anual da ordem de 12% e nesta safra alcançará cerca de 61 mil toneladas. Estímulos à lavoura interna se chocam com as importações, em especial quando estas se realizam em quantidades excessivas e/ou na mesma época das colheitas nacionais.

O alho é bastante utilizado como condimento, sobretudo *in natura*, e ainda, em escala bem menor, na forma de pó ou pasta, depois de submetido a processo de industrialização. Além disso, é empregado como planta medicinal e, em virtude também de suas propriedades antibióticas, ultimamente vem fazendo parte da composição de rações animais.

À semelhança de outras olerícolas, as plantações são, em geral, irrigadas e concentram-se em pequenas propriedades (cerca de 77% em áreas de menos de 10 ha, segundo o **Censo Agropecuário** de 1980). Demandam o emprego intensivo de mão-de-obra e de outros insumos, tais como sementes selecionadas, defensivos e fertilizantes, apesar de não existirem informações disponíveis para quantificar em que medida são utilizados. Também em termos de solo e clima, o cultivo é bastante exigente(1) e, por isso, apenas em determinadas épocas do ano, encontra condições ideais de desenvolvimento vegetativo. Por exemplo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, o pico da safra ocorre nos meses de agosto a outubro, enquanto, no Sul, a colheita se concentra entre meados de novembro e janeiro. Note-se que, em todo o país, a comercialização se estende, geralmente, de agosto a março, embora, dependendo da quantidade colhida e das condições de armazenagem nos estados do Sul (a temperatura fria e úmida dessa região propicia a estocagem por um longo período), as vendas do remanescente da safra podem prolongar-se por mais tempo.

Quase todas as unidades da Federação cultivam alho, mas Minas Gerais e Santa Catarina, que detiveram, respectivamente, 30% e 20% do total produzido no período 1980-86, lideram o plantio. A seguir, destacam-se Goiás e Rio Grande do Sul, com participações semelhantes, em torno de 11% do total, e São Paulo e Paraná, com 6% cada um. Em posição menos privilegiada, porém de grande importância por ser o maior produtor do Nordeste, encontra-se a Bahia, onde se concentram 5% da produção do país e, por último, o Espírito Santo, que, apesar de deter 4%, foi o estado que obteve a maior produtividade média(2) no período considerado (ver Quadro 01).

Atualmente, Santa Catarina, onde se destacam como principais produtoras as microrregiões de Campos de Curitibanos, Colonial do Rio do Peixe, Planalto de Canoinhas e Campos de Lages, é o maior produtor de alho, devendo contribuir com cerca de 29% da produção da safra 1986/87, ora em andamento. Além de produzir alhos precoces ou comuns, cuja época de safra ocorre entre setembro e novembro, esse estado passou a se distinguir na atividade notadamente a partir da introdução dos alhos tardios, tipo **nobre**(3), colhidos a meados de novembro a janeiro e em condições de competir com o produto importado. Além disso, o aumento da participação da produção catarinense deveu-se ainda aos estímulos do **Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho: 1980-84** (atualmente abrangendo o período 1986-90), que propôs um elevado percentual (acima do estabelecido para as demais regiões) para a expansão da cultura no Sul do país(4). Isto se deveu ao fato de a safra desta região, por ser a última a entrar no mercado, poder reduzir o período crítico do abastecimento, normalmente de abril a agosto. Conforme se observa no Quadro 01, a produção de Santa Catarina cresceu 164% no período 1980-86, em razão quase que exclusivamente do acentuado aumento do rendimento médio,

(1) Notadamente os alhos tardios, tipo **nobre**, desenvolvem-se melhor em terrenos mais altos, como os planaltos da região Sul.

(2) O rendimento médio da cultura de alho no Brasil ainda é muito baixo, quando comparado com o obtido em outros importantes países produtores. A saber, no período 1980-84, o **Egito** alcançou, em média, 29.167 kg/ha, enquanto os **Estados Unidos da América** e a **China** (maior produtor mundial) registraram, respectivamente, produtividades em torno de 13.667 kg/ha e 9.310 kg/ha.

(3) Dentre os cultivares nobres plantados no estado, destacam-se o **Chonan, Roxo Pérola de Caçador** e mais recentemente, o **Quitéria.**

(4) No **Planalho 1986-90,** de um total de 7.142 ha, foi estabelecido um percentual de 50% para a recuperação e expansão da área de cultivo do produto na região Sul, até 1990.

QUADRO 01 – BRASIL – ALHO – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES 1980-86

ESPECIFICAÇÃO	MG	SC	GO	RS	SP	PR	BA	ES	SUBTOTAL	OUTROS ESTADOS	BRASIL
ÁREA (ha)											
1980	3.970	3.544	810	1.773	129	790	575	215	11.806	546	12.352
1981	3.698	2.492	1.278	2.084	191	781	885	257	11.666	985	12.651
1982	5.002	2.585	2.915	2.095	810	1.375	1.333	547	16.662	1.673	18.335
1983	4.348	2.540	1.683	2.120	1.158	1.360	815	425	14.449	1.130	15.579
1984	3.046	2.149	947	2.028	892	919	651	254	10.886	949	11.835
1985	2.700	2.536	860	1.988	754	809	704	375	10.726	601	11.327
1986[1]	3.158	3.625	1.252	2.145	851	1.050	1.005	902	13.988	702	14.690
MÉDIA 1980-86	3.703	2.782	1.392	2.033	684	1.012	853	425	12.884	940	13.824
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	26,8	20,1	10,1	14,7	4,9	7,3	6,2	3,1	93,2	6,8	100,0
PRODUÇÃO (t)											
1980	16.519	6.720	4.293	5.165	500	2.686	1.519	1.034	38.436	1.867	40.303
1981	15.777	7.905	7.283	5.592	895	2.730	3.075	1.197	44.454	3.680	48.134
1982	21.939	8.589	7.960	5.797	3.475	4.180	4.619	2.256	58.815	5.456	64.271
1983	19.284	9.724	7.812	5.889	5.176	3.580	2.526	1.800	55.791	2.760	58.551
1984	11.939	8.993	4.430	5.689	4.135	2.258	2.008	1.190	40.642	2.984	43.626
1985	10.788	13.021	4.980	5.768	3.515	2.490	1.905	1.869	44.336	1.852	46.188
1986[1]	12.993	17.763	6.360	6.321	4.089	2.835	3.220	4.484	58.065	2.445	60.510
MÉDIA 1980-86	15.605	10.388	6.160	5.746	3.112	2.966	2.696	1.976	48.649	3.006	51.655
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	30,2	20,1	11,9	11,1	6,0	5,7	5,2	3,8	94,1	5,9	100,0
RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)											
1980	4.160	1.896	5.300	2.913	3.875	3.400	2.641	4.809	3.256	3.419	3.262
1981	4.266	3.172	5.698	2.683	4.686	3.495	3.475	4.658	3.811	3.736	3.805
1982	4.386	3.323	2.731	2.767	4.290	3.040	3.465	4.124	3.530	3.261	3.505
1983	4.435	3.828	4.642	2.778	4.470	2.632	3.099	4.235	3.861	2.442	3.758
1984	3.920	4.185	4.678	2.805	4.636	2.457	3.084	4.685	3.733	3.144	3.686
1985	3.996	5.134	5.791	2.901	4.662	3.078	2.706	4.984	4.134	3.082	4.078
1986[1]	4.114	4.900	5.080	2.947	4.805	2.700	3.204	4.971	4.151	3.483	4.119
MÉDIA 1980-86	4.214	3.734	4.425	2.826	4.550	2.931	3.161	4.649	3.776	3.198	3.737

FONTE – IBGE.

[1] **Estimativa de outubro.**

que evoluiu de 1.896 kg/ha em 1980 para 4.900 kg/ha em 1986, depois de atingir 5.134 kg/ha, em 1985.

Em Minas Gerais, que até 1984 detinha a hegemonia no cultivo brasileiro e é hoje o segundo produtor, a redução da produção teve como causa principal o desestímulo dos produtores, devido à desorganização da política de importações. Para se ter uma idéia mais exata, a área colhida, depois de ter atingido o recorde de 5.002 ha, em 1982 decresceu para 2.700 ha, em 1985. Esse ano, a produção mineira, concentrada nas microrregiões, Sul, Noroeste, Jequitinhonha e Metalúrgica e Campos das Vertentes, deverá representar aproximadamente 21% do total do país, colhidos entre agosto e outubro.

A produção brasileira, apenas nos anos oitenta ou, mais precisamente, a partir dos incentivos concedidos à cultura, através do lançamento, em

1979, do **Planalho 1980-84** (depois relançado para 1986-90) começou a experimentar impulso significativo, embora ainda seja insuficiente para atender o abastecimento interno durante o ano todo. Para suprir o déficit, tem-se recorrido permanentemente ao mercado externo. Contudo, excetuando-se os últimos dois anos, como as importações quase sempre foram realizadas em quantidades bem acima do necessário para estabelecer o equilíbrio no mercado e, também durante a comercialização da safra nacional, os produtores foram bastante desestimulados, resultando daí o principal entrave à expansão do plantio. De 1979 a 1986, a produção de alho no Brasil evoluiu a uma taxa média anual da ordem de 12%, em decorrência, sobretudo, do aumento de 8.472 ha para 14.690 ha da área de plantio (apesar do recuo observado nos anos de 1983 a 1985), uma vez que o rendimento médio, depois de registrar considerável aumento, a partir da segunda metade da década de setenta, apresentou pequena alteração no período 1979-86, melhorando apenas nas duas últimas safras (ver Quadro 02).

QUADRO 02 – BRASIL – ALHO – VARIAÇÃO ANUAL (%) DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – 1974–86[1]

ANO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO
1974	–11,0	–12,7	– 1,9
1975	–46,6	–46,9	– 0,7
1976	12,2	50,0	33,6
1977	3,2	4,2	1,0
1978	11,2	8,2	– 2,7
1979	20,0	30,5	8,8
1980	45,8	28,8	–11,7
1981	2,4	19,4	16,6
1982	44,9	33,5	– 7,9
1983	–15,0	– 8,9	7,2
1984	–24,0	–25,5	– 1,9
1985	– 4,3	5,9	10,6
1986	29,7	31,0	1,0

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de outubro.

Até 1979, a indefinição quanto à quantidade a ser importada (em 1979, chegou-se a importar 33.844 t de alho fresco ou refrigerado, gastando-se em divisas o equivalente a US$ 31,9 milhões/CIF, conforme se observa no Quadro 03) provocou freqüentes retrações da área, que acabou regredindo, dos 11.531 ha, em 1973 para 8.472 ha, em 1979. A produção só não acompanhou essa tendência, conseguindo crescer 5,6% a.a., no período 1973-79, devido ao acentuado aumento de 34% verificado no rendimento médio em 1976 (ver Quadro 02), quando foram introduzidas no país (principalmente nos estados do Sul, destacando-se Santa Catarina) as variedades de ciclo tardio e adotadas, gradativamente, técnicas mais avançadas de cultivo. Quan-

QUADRO 03 – BRASIL – IMPORTAÇÕES DE ALHO – 1970-86

ANO	FRESCO OU REFRIGERADO			EM PÓ, DESSECADO OU DESIDRATADO		
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1000 CIF)	Preço Médio (US$/t-CIF)	Quantidade (t)	Valor (US$ 1000 CIF)	Preço Médio (US$/t-CIF)
1970	16.526	6.691	405	–	–	–
1971	21.130	12.585	596	6	11	1.833
1972	21.360	13.678	640	21	24	1.143
1973	25.943	21.181	816	37	56	1.514
1974	27.452	21.031	766	45	143	3.178
1975	28.037	22.287	795	9	30	3.333
1976	26.180	27.068	1.034	10	26	2.600
1977	33.295	45.081	1.354	4	10	2.500
1978	33.427	40.606	1.215	–	–	–
1979	33.844	31.858	941	–	–	–
1980	30.706	39.830	1.297	–	–	–
1981	21.063	34.851	1.655	–	–	–
1982	21.475	45.444	2.116	17	95	5.588
1983	16.318	14.303	877	–	–	–
1984	20.601	12.851	624	–	–	–
1985	17.343	11.435	659	–	–	–
1986[1]	2.989	5.254	1.758	–	–	–

FONTE – CIEF – Ministério da Fazenda.
[1] Acumulado até abril.

to à participação no consumo aparente, constata-se, de acordo com dados do Quadro 04, que, no período em análise, a produção nacional atendia em média a apenas 44,5%.

A partir de 1979, medidas governamentais de apoio, como a inclusão do alho na **Política de Garantia de Preços Mínimos** (Decreto nº 79.792, de 07/06/77) e, a seguir, a instituição do **Planalho 1980-84**, que, mediante a concessão de facilidades creditícias, previa a auto-suficiência do país no cultivo já em 1985, ao mesmo tempo em que estipulava a redução progressiva das importações, incentivaram os produtores à expansão do plantio, tendo contribuído para a criação da **Associação Nacional dos Produtores de Alho – Anapa**[5]. De 1979 a 1982, em decorrência destes estímulos, a cultura do alho apresentou um incremento de 116%, na área colhida e de 105%, na produção, enquanto a quantidade importada de alho fresco ou refrigerado diminuiu de 33.844 t para 21.475 t, não obstante o aumento verificado em termos de valor (ver Quadro 03).

Em 1982, quase se atingiu a auto-suficiência, com uma colheita recorde, da ordem de 64.271 t, que chegou a suprir praticamente 75% do consumo aparente, como demonstra o Quadro 04. No entanto, a autorização para importar justamente no pico da safra acarretou problemas de comercialização, revertendo, em parte, nos dois anos seguintes, a tendência de crescimento observada após o **Planalho.** Por outro lado, ainda nesse ano, apesar de bastante tumultuada, a comercialização foi estimulada pela aprovação das normas de identidade, qualidade e embalagem do alho (Portarias nº 89 e 147, respectivamente, de 07/04 e 08/06, de 1982) que, ao adotarem, com relação às classes, os padrões internacionais, tornaram o produto nacional perfeitamente competitivo com o importado. Note-se que, hoje em dia, a comercialização em réstias (ainda bastante utilizada, sobretudo na região Nordeste) é considerada abaixo do padrão, embora, nos anos setenta, tenha sido quase a única prática adotada, o que desvalorizava o produto nacional.

QUADRO 04 – BRASIL – ALHO – CONSUMO APARENTE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS E IMPORTADAS NO CONSUMO APARENTE – 1973-85

ANO	CONSUMO APARENTE (t)	PARTICIPAÇÃO NO CONSUMO APARENTE	
		PRODUÇÃO (%)	IMPORTAÇÃO (%)
1973	56.526	54,1	45,9
1974	54.164	49,3	50,7
1975	42.211	33,6	66,4
1976	47.434	44,8	55,2
1977	55.450	40,0	60,0
1978	57.402	41,8	58,2
1979	65.135	48,0	52,0
1980	71.009	56,8	43,2
1981	69.197	69,6	30,4
1982	85.746	75,0	25,0
1983	74.869	78,2	21,8
1984	64.227	67,9	32,1
1985	63.470	72,7	27,3

FONTE – IBGE e CIEF – Ministério da Fazenda.

Novamente, a área de plantio recuou em 1983 e, mais ainda, em 1984, quando foram liberadas importações bem acima das quantidades pré-estabelecidas. Na ocasião, o governo federal foi acusado de romper o acordo de quotas firmado em 1979. Com isso, acabaram sendo adquiridas no exterior, em 1984, cerca de 20.601 t, o que gerou excesso de oferta e conseqüente redução dos preços recebidos pelos produtores.

Em 1985, ao contrário do que vinha ocorrendo, o cumprimento das metas de quantidades importadas e dos prazos de entrada do produto conseguiu restabelecer o equilíbrio do mercado, permitindo a retomada do processo de aumento da produção[6], interrompido nos últimos dois anos. É importante observar que, antes de 1985, as importações de alho eram efetivadas não só na entressafra, mas ao longo de todo o ano. Até junho, as importações são tradicionalmente feitas dos países da **Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (Aladi)**, destacando-se a **Argentina**, que entre 1970 e 1985, participou, em média, com 52% da quantidade adquirida. Já no segundo semestre, as importações costumam ser provenientes dos países considerados **Extra-Zona**, notadamente da **Espanha**, de onde foram comprados aproximadamente 33% do total importado no período considerado (ver Quadro 05).

Igualmente no corrente ano, os critérios e as quotas de importação[7], estabelecidos por ocasião do **VIII Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho** (realizado em maio, em Salvador/Bahia), vêm sendo até agora respeitados, apesar do atraso em

(5) Atualmente, a **Anapa** tem importância decisiva nas negociações entre os produtores, importadores e governo federal sobre a quantidade a ser importada e o período de **internalização** da mercadoria.

(6) Entre 1984 e 1985, a produção chegou a evoluir 6%, enquanto as importações diminuíram 16% (ver Quadros 02 e 03).

(7) Essas quotas, com prazo de **internalização** até 31/08 e, em parte destinadas também a importadores não tradicionais (desde que comercializem alhos nacionais), foram fixadas em 4 mil t do produto para junho, 3.500 t para julho e 2.500 t para agosto.

sua divulgação ter provocado redução da oferta do produto importado no mercado, em junho, e conseqüente elevação dos preços no atacado e no varejo (ver Quadros 07 e 08).

Por este motivo, ou melhor, estimulados por uma política de importações mais definida a partir do ano passado, que vem propiciando o bom desempenho da comercialização a preços remuneradores, os produtores voltaram a expandir o plantio. Depois de deprimidos durante vários anos, os preços recebidos pelos produtores evoluíram acentuadamente no ano em curso, conforme se verifica no Quadro 06, que se refere a Minas Gerais(8).

Enfocando mais detalhadamente a comercialização (ver Quadros 07 e 08), observa-se que nos dois mais importantes mercados atacadistas do país, a quantidade total comercializada do produto no primeiro trimestre deste ano (constituída nesta época basicamente por alhos nacionais) foi bem menor do que a registrada em igual período do ano anterior e, em conseqüência, os preços de atacado, apesar de se situarem em patamar um pouco inferior ao do final de 1985, continuaram elevados. Por outro lado, no período de abril a agosto, quando o alho importado costuma dominar o mercado e influenciar os preços(9), verificou-se, este ano, aumento da quantidade total comercializada em São Paulo (com exceção dos meses de junho, devido à demora na liberação das quotas de importação, e de agosto), embora no Rio de Janeiro o nível de comercialização tenha permanecido, também nesse período (salvo em julho), inferior ao de 1985. Já em setembro, quando aumenta o ingresso do produto da safra nacional no mercado, a quantidade total comercializada de alho, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, foi superior à de setembro do ano passado e os preços mostraram ligeiro sinal de arrefecimento. No Gráfico 01, pode-se visualizar melhor a participação do alho brasileiro e do importado na comercialização total nos mercados atacadistas de São Paulo e Rio de Janeiro, bem assim, a nítida distinção dos períodos de safra e entressafra, ou seja, quando o produto importado cede lugar ao nacional, e vice-versa.

Também nos segmentos varejistas de São Paulo e Rio de Janeiro, os preços, apesar de **congelados** em fevereiro (de acordo com o **Plano de Estabilização Econômica**) e, portanto, em época de alta, acompanharam com ligeiras oscilações a tendência observada nos mercados atacadistas destes estados (ver Quadros 07 e 08). Para conter os preços, a **Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab)** deveria ter incluído o alho na tabela

QUADRO 05 – BRASIL – IMPORTAÇÕES DE ALHO FRESCO OU REFRIGERADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – MÉDIA DO PERÍODO 1970-85 E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL

PAÍS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Argentina	206.911	52,4
Espanha	128.926	32,7
México	29.539	7,5
Chile	13.538	3,4
Peru	3.944	1,0
Uruguai	3.662	0,9
Subtotal	386.520	97,9
Outros países	8.180	2,1
TOTAL	394.700	100,0

FONTE – CIEF – Ministério da Fazenda.

QUADRO 06 – MINAS GERAIS – ALHO – PREÇOS[1] REAIS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES – 1985-86
(Cz$/kg)

MÊS	1985	1986	Δ% 85/86
Janeiro	12,63	26,54	110,1
Fevereiro	13,29	30,48	129,3
Março	13,64	36,59	168,3
Abril	17,31	40,86	136,0
Maio	24,70	43,21	174,9
Junho	34,82	47,11	35,3
Julho	35,75	47,84	33,8
Agosto	25,13	44,18	75,8
Setembro	21,78	38,30	75,8
Outubro	20,58		
Novembro	22,91		
Dezembro	26,99		

FONTE – Epamig.
1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986.

(8) Esse estado foi tomado como representativo da situação, devido à dificuldade de obtenção de dados em outras importantes áreas produtoras.

(9) As cotações do alho importado sempre superaram as do brasileiro, a não ser no ano passado, quando em virtude da baixa qualidade do produto argentino, os preços do alho catarinense foram maiores.

QUADRO 07 – ESTADO DE SÃO PAULO – ALHO NACIONAL E IMPORTADO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1985-86

	ATACADO – CEAGESP – ENTREPOSTO TERMINAL								VAREJO PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[2]	
	ALHO NACIONAL				ALHO IMPORTADO					
	Quantidade Comercializada (Cx 10 kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/cx 10 kg)		Quantidade Comercializada (Cx 10 kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/cx 10 kg)		Cz$/ (Pacote 150 g)	
MÊS	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	43.811	23.440	271,74	628,51	4.674	1.220	289,23	...	6,37	18,07
Fev	24.405	15.342	227,84	551,84	792	2.378	269,28	...	7,05	15,88
Mar	13.255	14.660	303,26	646,00	12.957	4.410	366,92	646,00	7,51	16,42
Abr	3.680	2.461	181,77	649,75	12.866	21.518	399,92	651,01	9,05	16,96
Mai	2.756	1.884	166,13	...	21.333	27.612	488,73	668,41	11,25	15,42
Jun	2.895	2.214	...	670,09	23.469	8.785	483,25	691,88	12,69	15,50
Jul	1.912	1.159	...	640,25	27.203	31.577	481,18	711,71	14,57	18,65
Ago	3.831	1.465	324,92	...	38.996	25.299	510,10	744,22	13,28	19,38
Set	4.691	2.361	293,44	...	9.134	17.587	579,23	699,42	12,92	18,99
Out	5.216		332,65		3.820		633,79		13,10	
Nov	3.164		568,51		4.035		883,29		14,75	
Dez	16.950		714,70		1.695		886,26		18,49	

FONTE – Atacado – CEAGESP – Entreposto Terminal
Varejo – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986;

[2] referem-se à média das cotações do alho comercializado no mercado, independente de especificação quanto à origem do produto.

QUADRO 08 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALHO NACIONAL E IMPORTADO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1985-86

	ATACADO – CEASA/RJ – UNIDADE GRANDE RIO								VAREJO PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[2]	
	ALHO NACIONAL				ALHO IMPORTADO					
	Quantidade Comercializada (kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		Quantidade Comercializada (kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		(Cz$/kg)	
MÊS	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	242.270	239.480	24,50	68,76	71.650	450	28,13	...	35,77	99,24
Fev	199.640	141.880	24,15	57,82	17.410	...	...	...	36,14	85,12
Mar	50.110	124.840	27,67	63,38	291.830	82.810	36,91	59,95	43,64	85,28
Abr	7.470	77.110	28,15	60,30	327.990	133.400	37,13	60,30	53,62	86,85
Mai	16.330	34.700	...	...	248.740	161.250	50,31	58,96	62,08	87,28
Jun	...	25.610	...	...	433.160	76.360	47, 52	64,88	67,59	87,71
Jul	2.950	68.400	...	52,54	160.040	154.720	46,20	68,05	67,69	90,69
Ago	48.200	24.900	30,59	48,15	226.110	191.320	50,23	75,83	66,49	95,05
Set	66.430	58.130	26,09	42,86	25.900	92.850	54,88	73,26	68,57	97,20
Out	118.190		29,79		3.000		58,30		70,44	
Nov	152.630		61,27		8.000		96,15		80,95	
Dez	205.840		62,12		26.500		88,63		105,65	

FONTE – Atacado –CEASA/RJ;
Varejo – FGV/IBRE/DEE – Centro de Estatística Econômica.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986;

[2] referem-se à média das cotações do alho comercializado no mercado, independente de especificação quanto à origem do produto.

de produtos olerícolas há muito tempo, o que só se deu após vários adiamentos. A não-inclusão do produto na lista de setembro chegou a ser mencionada como justificativa para a demissão do superintendente da **Sunab**, mas serviu também para mostrar que os agentes envolvidos no processo de comercialização(10) e, sobretudo, de industrialização, pressionam o governo. Na lista de outubro, finalmente, passaram a constar os preços máximos para a comercialização do alho importado (geralmente mais caro do que o nacional) no atacado e no varejo, fixados em níveis inferiores aos que estavam sendo praticados no mercado.

Como resultado dos preços favoráveis e ainda incentivada pelo relançamento do **Planalho: 1986-90** e pela reforma econômica, a safra atual, estimada, em outubro, pelo **IBGE**, em 60.510 t, deverá aumentar 31% em relação à obtida no ano anterior.

Considerando-se, então, que desse total(11), excluídas as reservas para sementes (11.315 t) e a parte da produção destinada às indústrias (7.322 t), cerca de 41.873 t formarão a oferta de alhos comerciais (25.777 t destinadas ao mercado atacadista e 16.096 t para consumo nas próprias regiões de produção) é bem provável que o mercado interno permaneça abastecido com o produto brasileiro, por mais tempo, sobretudo porque a atual crise no abastecimento de carnes tem contribuído para a retração do consumo de alho. É justamente por essa razão que os produtores, principalmente os de Santa Catarina (onde é esperada uma safra de alhos **tardios** bastante expressiva, além de ser a última a entrar no mercado, juntamente com os outros estados do **Sul**), estavam na expectativa quanto às importações do próximo ano, embora tenham concordado com a aquisição de 6 mil t de alho fresco ou refrigerado, da **Argentina** a serem **internalizadas** entre 15/03 e 15/07/87, conforme ficou estabelecido no acordo firmado entre o **Brasil** e aquele país, em Montevidéu.

Portanto, tendo em vista o acentuado incremento previsto na produção desta safra, que até mesmo, ultrapassa em muito a meta de crescimento de 10% a.a. estabelecida no **Planalho**, parece que se chegou outra vez perto da auto-suficiência. No entanto, para não incorrer novamente em erros passados, o governo federal deve continuar dando especial atenção à política de importação, de modo que não prevaleçam os interesses dos grupos a ela ligados(12) que, de alguma forma, sentem-se ameaçados com a suspensão das compras externas.

Por outro lado, devem persistir os estímulos ao aumento, tanto da produção, em decorrência da expansão da área de cultivo e, também, da produtividade, quanto da disponibilidade de sementes ou **alho-planta** (principal componente a encarecer o custo da produção) e, ainda, ao prolongamento do período de safra (em especial a sulina), visando ao abastecimento ininterrupto do mercado interno apenas com alho nacional. Para a consecução de cada um destes objetivos, o **Planalho: 1986-90** propôs uma série de medidas, muitas delas já sugeridas na primeira versão deste **Plano**, destacando-se a intensificação de estudos e pesquisas em regiões, não só tradicionalmente, como potencialmente produtoras, a ampliação dos recursos creditícios para investimento em irrigação e drenagem para produção de **alho-semente** e a implementação do esquema de safras **solidárias**, baseado no ciclo dos cultivares e nas diferentes condições climáticas, dentre outras. Entretanto, resta saber se pelo menos parte destas medidas será levada a efeito e, nesse sentido, é muito importante a atuação dos produtores. Para se fortalecer como classe e, portanto, aumentar seu poder de negociação, os produtores precisam cada vez mais se unir, como já vêm fazendo através da **Anapa** e, agora, também das associa-



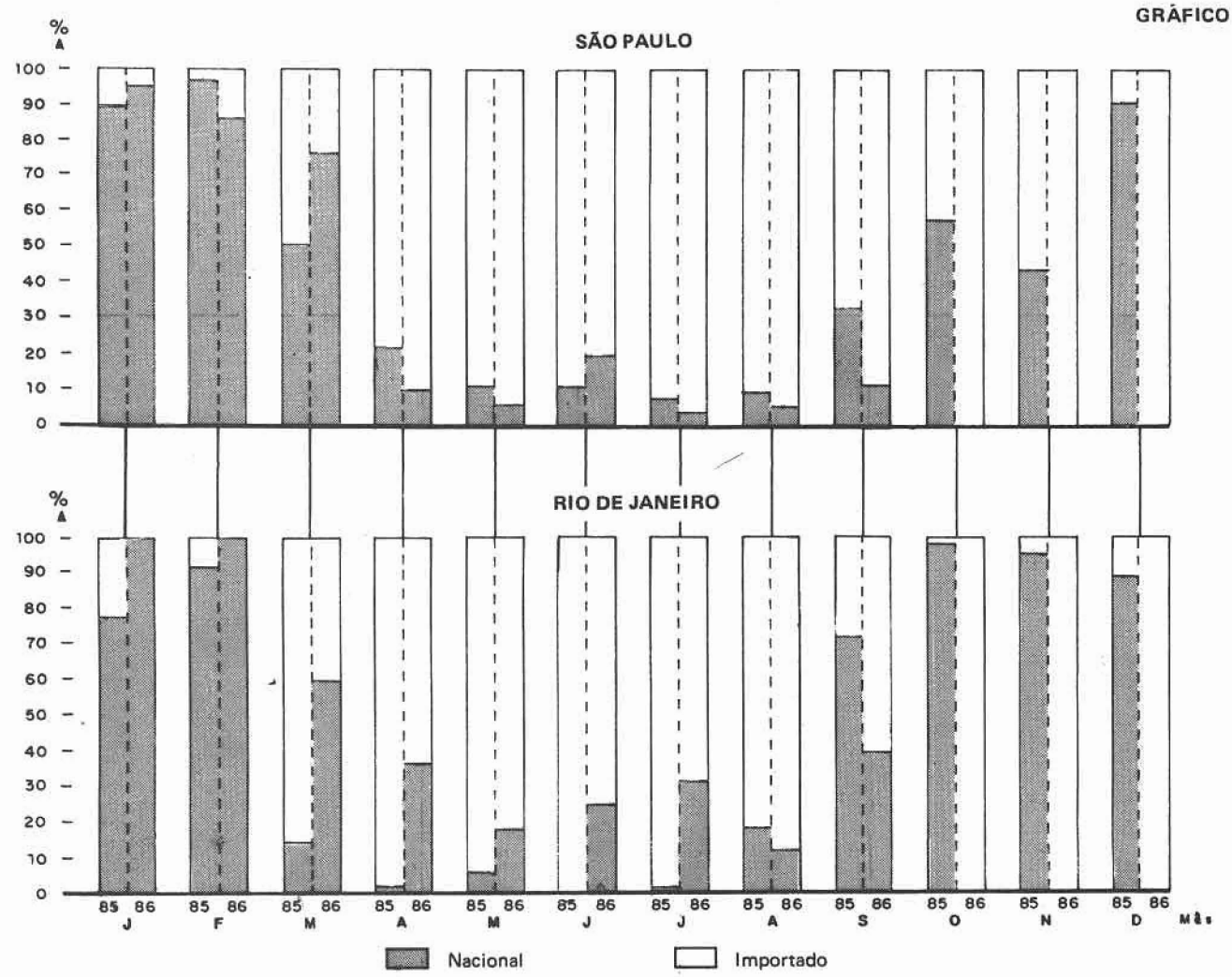
(10) A comercialização de alho, a exemplo da de outras olerícolas, é entravada por excessiva intermediação. Para se ter uma idéia, no caso do alho nacional, cerca de 73% da produção são entregues a intermediários, de acordo com o **Censo Agropecuário do Brasil**, de 1980.

(11) Para a divisão desse total foram observados os mesmos percentuais considerados no **VIII Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho** (nesta ocasião, a produção nacional estava estimada em 54.688 t).

(12) Constituem-se num oligopólio, embora parte das quotas de importação venha sendo atualmente aberta também a novos importadores, desde que, comprovadamente, já comercializem alho nacional.

ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) DO ALHO NACIONAL E IMPORTADO NO TOTAL COMERCIALIZADO NOS MERCADOS ATACADISTAS – 1985 E 1986

GRÁFICO 01



FONTE – Ceagesp/Entreposto Terminal-SP e Ceasa/RJ – Unidade Grande Rio.
Obs.: Para 1986, os dados só estão disponíveis até setembro.

ções estaduais, como as que existem em seis estados (a exemplo da **Associação Catarinense dos Produtores de Alho – Acapa**, da **Associação dos Produtores de Alho de Minas Gerais – Apamig** e da **Associação Gaúcha dos Produtores de Alho – Agapa**) e as que estão em fundação em São Paulo e no Espírito Santo e, além disso, aumentar sua participação em cooperativas. Com exceção de Santa Catarina, onde perto de 59% da produção são entregues diretamente às cooperativas (destacando-se a **Cooperativa Regional Agropecuária do Planalto Catarinense – Cooperplac**), a comercialização da produção nacional pelas cooperativas é pequena, em torno de 14%, segundo o **Censo Agropecuário de 1980.**

Finalmente, faz-se necessário incentivar a industrialização e, por outro lado, ampliar o mercado, através de uma ampla campanha junto aos consumidores, para comprarem maiores quantidades de alho em pó e em pasta. Para proteger a indústria nacional, as importações de alho em pó, dessecado ou desidratado teriam que ser suspensas, bem como proibidas, definitivamente, as entradas do produto destinadas ao segmento industrial(13). Uma vez mais difundido, o consumo de alho industrializado viria estimular o aumento da produção nacional e diminuir as perdas decorrentes do prolongamento do período de armazenagem do produto *in natura*. Também teria a vantagem de reduzir a dependência do mercado externo.

(13) Note-se que o produto nacional é propício à industrialização e pode perfeitamente ser adquirido no pico da safra.

AVICULTURA DE CORTE

A produção supera a do ano passado. Para satisfazer o mercado interno, o governo exortou a que se exportasse menos. No mercado internacional, países tradicionalmente importadores buscam sua auto-suficiência e as vendas francesas concorrem com as brasileiras.

O mercado de carne de aves, principal substituta da carne bovina, vem sendo conturbado pelas recentes dificuldades no abastecimento. Afinal, apesar de o frango de corte estar pronto para o abate em torno de sessenta dias, sua oferta só aumenta, evidentemente, quando se alojam mais matrizes, que dependem do provisionamento das chamadas **avós**, as quais ainda são importadas. Os problemas se agravam quando se consideram os preços dos insumos e do frango no varejo, que nem sempre são compensadores para o avicultor.

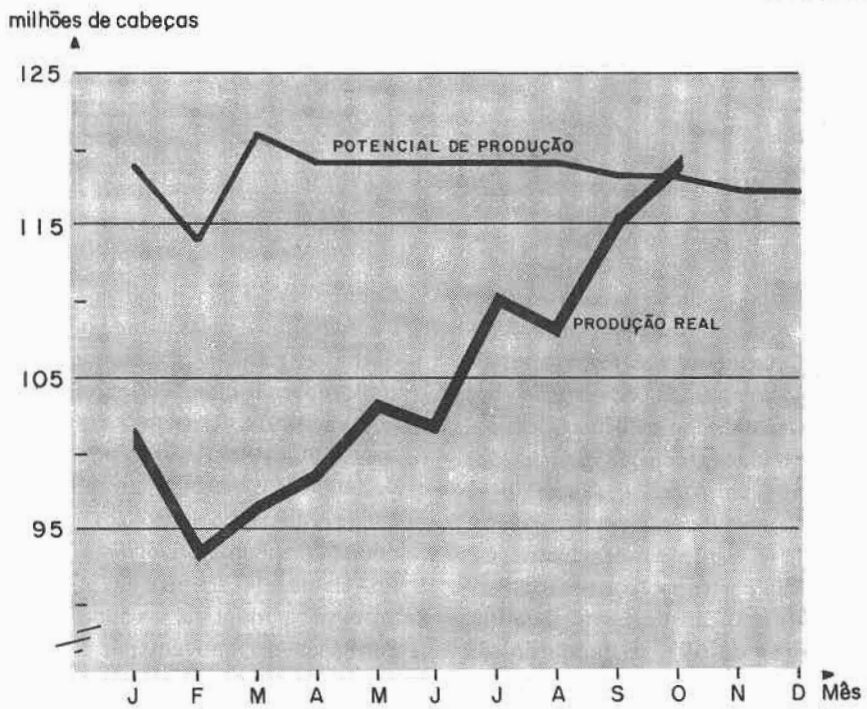
Este ano, pensava-se que a evolução da avicultura de corte seria semelhante à de 1985, quando a produção de carne de aves, de 1,6 milhão de t, foi 9% superior à do ano precedente. Está-se verificando, porém, um desempenho da produção acima do esperado. Com efeito, diante do tabelamento dos preços, a situação se alterou, pois a ave inteira, resfriada, foi tabelada no varejo em nível que, segundo os criadores, não compensava o custo de produção (Cz$ 15,30/kg, em São Paulo). Para escapar ao controle de preços, o comércio passou a vender frangos em pedaços, fazendo com que a soma destes fosse superior ao todo. No entanto, a partir de setembro, também os preços dos pedaços começaram a ser controlados pela **Sunab.**

O desaparecimento da carne de ave inteira, resfriada, do varejo foi imediato, com os criadores alegando ser muito reduzida, ou nula, a margem de lucro da comercialização pela tabela oficial (em setembro, houve um rebaixamento de Cz$ 0,30/kg, no varejo do estado de São Paulo). Além do mais, repetem-se as denúncias de que diversos componentes das rações vêm tendo seus preços reajustados. O comércio das aves abatidas, então, fica restrito aos restaurantes e lanchonetes, que pagam acima da tabela.

Segundo os cálculos da **Apinco**, a produção de pintos de corte, de janeiro a outubro de 1986, foi próxima de 1,1 bilhão de cabeças. Observou-se, até, fato inédito, quando, no mês de outubro, a produção real de pintos de corte excedeu em 1,3% o potencial de produção (ver Gráfico 02). Esse movimento explica-se pela manutenção de galinhas velhas em produção por parte dos criadores, que preferiram despender um pouco mais de recursos nesse processo, visto disporem essas aves de maior capacidade produtiva do que outras mais jovens. Isso se consegue através da chamada **muda forçada** das matrizes, prática pela qual as aves, após passarem por período de isolamento e falta de alimentos, apresentam perda das penas e recuperação da capacidade

BRASIL – PRODUÇÃO POTENCIAL E PRODUÇÃO REAL DE PINTOS DE CORTE
1986

GRÁFICO 02



FONTE – Apinco.

QUADRO 09 – BRASIL – FRANGOS DE CORTE – PRODUÇÃO MENSAL 1985 E 1986 (em mil t)

MÊS	1985	1986
Janeiro	126,0	132,4
Fevereiro	123,2	128,6
Março	123,6	130,8
Abril	116,6	121,2
Maio	119,6	125,2
Junho	116,6	127,7
Julho	115,7	133,5
Agosto	113,2	131,6
Setembro	121,4	142,6
Outubro	132,7	140,0
Novembro	132,7	149,1
Dezembro	141,1	154,4
TOTAL[1]	1.482,5	1.617,3

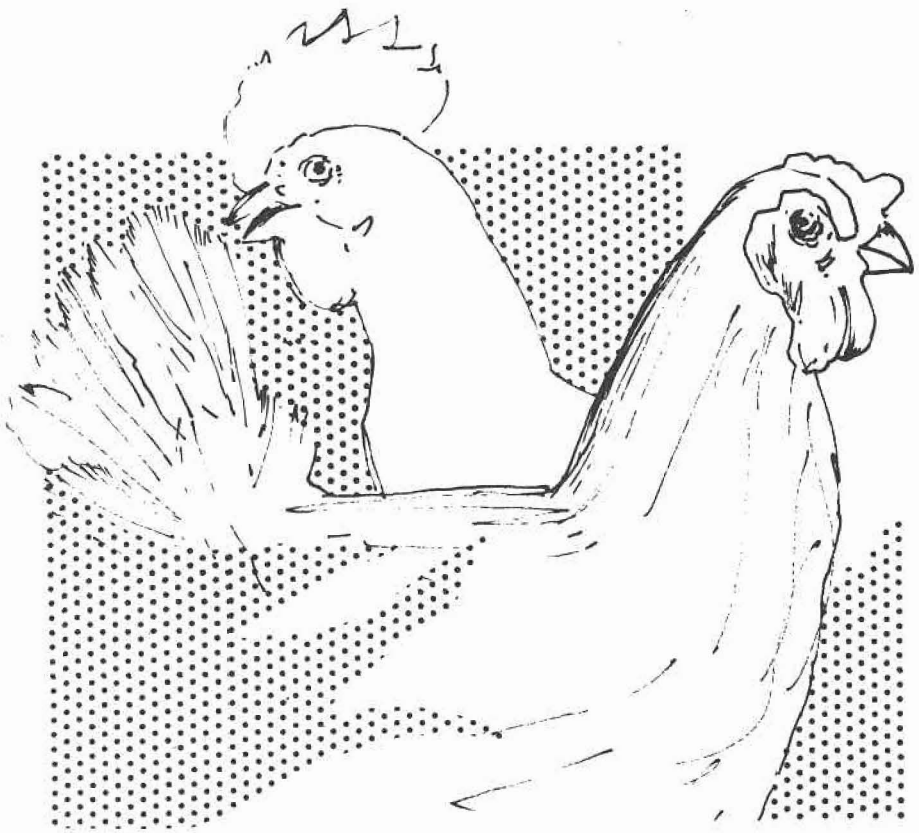
FONTE – APINCO.
[1] Arredondado.

produtiva, por mais dois a três meses.

Assim, e a despeito das atuais dificuldades, também a produção anual de carne de frangos foi recorde: levemente superior a 1,6 milhão de t (ver Quadro 09). A produção total de carne de aves será de pouco mais de 1,7 milhão de t.

A fim de reforçar o abastecimento interno, o governo federal exortou os exportadores de frangos a diminuírem suas vendas. A orientação, no entanto, veio em momento particularmente delicado. Isso porque, ao mesmo tempo em que se diminui a capacidade de absorção pelos tradicionais importadores, devido à busca pela auto-suficiência e à natural saturação, há uma tendência recente à recuperação das vendas da **França** (principal concorrente do Brasil) (ver Quadros 10 e 11).

Dessa forma, das 280 mil t que a **Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos** contava vender, no início de 1986, reverteu-se a quantidade para 250 mil t em meados do ano, e mais recentemente, para 220 mil t (quantidade mínima a ser exportada, de acordo com os contratos firmados). Até agosto, as vendas totais chegavam a 157 mil t (–16% do que em igual período de 1985); o valor, a US$ 152 milhões (–6%); e o preço médio, a US$ 965 FOB (12% a mais).



QUADRO 10 – CARNE DE AVES – IMPORTAÇÃO POR PAÍSES – 1983–86[1] (em t)

PAÍS	1983	1984	1985	1986
Japão	104.401	107.413	104.000	124.000
Egito	33.953	67.000	80.000	85.000
Arábia Saudita	227.489	156.000	130.000	80.000
URSS	205.592	113.843	90.000	75.000
Iêmen do Norte	40.000	40.000	45.000	45.000
Emirados Árabes Unidos	45.000	40.000	43.000	40.000
Iraque	85.000	65.000	50.000	30.000
Irã	43.382	42.000	25.000	15.000

FONTE – Agra-Europe.
[1] Previsão.

QUADRO 11 – FRANÇA – EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES POR PAÍSES OU REGIÕES COMPRADORAS E VARIAÇÃO PERCENTUAL (1986/85) – PERÍODO JANEIRO A JUNHO – 1983-86 (em t)

PAÍS/REGIÃO	1983	1984	1985	1986	VARIAÇÃO (%) 1986/85
Oriente Médio	120.682	104.211	92.326	60.059	– 34,9
URSS	23.460	–	1	22.823	–
República Federal da Alemanha	5.810	7.201	8.506	12.200	+43,7
Suíça	4.417	4.539	4.822	5.298	+ 9,9
Outros	32.276	35.298	40.640	55.139	+35,7
TOTAL	186.645	151.249	146.295	155.519	+ 6,3

FONTE – Agra-Europe.

AVICULTURA DE POSTURA

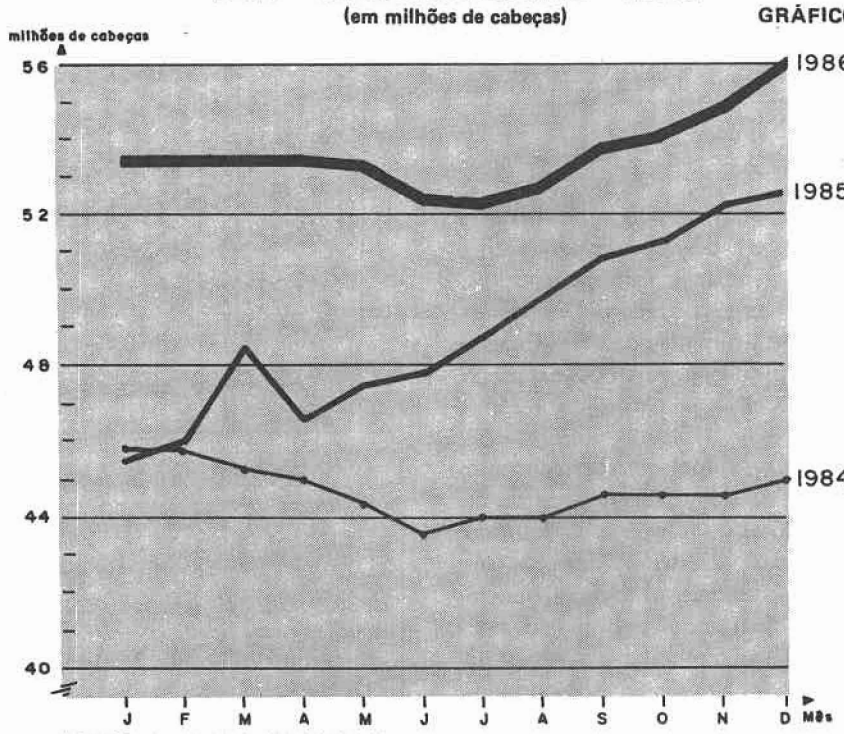
Segundo a **Associação Paulista de Avicultura**, *a produção de ovos, da ordem de 1 bilhão de dúzias, é recorde. Registrou-se, porém, aumento da demanda, escassez e* **mercado negro.**

A produção de ovos é bastante instável e apresenta problemas crônicos que lhe entravam o crescimento, ensejando um consumo reduzido e desestimulando o avicultor. As deficiências do abastecimento de carne bovina colocaram em evidência a avicultura, pois o substancial aumento da procura por ovos e frangos não pode ser atendido a contento.

A produção se mostrou insuficiente, neste período, e sua concentração espacial (o estado de São Paulo respondeu por 44% da produção comercial do ano passado) acarretou mais dificuldades no abastecimento em diversos estados, como no Rio de Janeiro, que produz tão-somente 5% do que consome. Com o preço tabelado semelhante ao vigente em São Paulo, tornou-se desinteressante o envio do produto paulista aos mercados fluminense e carioca. A sua comercialização, não raro, passou a se dar no **mercado negro**, a preços que atingem o dobro, ou mais, dos tabelados.

Além do mais, os avicultores de postura vêm, à semelhança dos criadores de frangos de corte, queixando-se de sua baixa margem de comercialização. A tabela do varejo, insistem, incompatibiliza os negócios, pelo descompasso entre o preço fixado e a elevação dos custos de produção. Segundo a **Apa**, em agosto, o custo médio(1) da dúzia de ovos foi 2% maior do que o preço médio de Cz$ 5,12/dúzia. Alguns componentes das rações apresentaram considerável aumento de preços, desde o final de fevereiro, em especial as farinhas de carne e de ossos.

BRASIL – PLANTEL DE POEDEIRAS – 1984-86
(em milhões de cabeças) **GRÁFICO 03**



FONTE – Associação Paulista de Avicultura.

Ainda de acordo com a **Apa**, o custo de comercialização para a dúzia de ovos, tipo grande, a granel, em agosto, foi de Cz$ 2,19, tendo apresentado aumento de 1,4% relativamente ao mês anterior. Para tanto, contribuiu a evolução de 10% no preço das embalagens.

Pelo lado da oferta, observa-se que o seu aumento depende não só da programação de importação das **avós** (geradoras das matrizes que produzem frangos de corte ou poedeiras), como, também, da defasagem normalmente existente entre a produção de matrizes e de poedeiras e a obtenção de ovos comerciais(2). O desempenho das poedeiras é mais fraco durante o inverno, época em que, tradicionalmente, observa-se avanço do consumo, devido às temperaturas mais baixas e à entressafra de carne bovina (ver Gráfico 03).

(1) Média ponderada para os tipos extra, grande, médio, pequeno e industrial.

(2) Em média, levam-se quinhentos dias entre a colocação em produção da chamada **avó** e a produção dos ovos comerciais.

O alojamento de matrizes, portanto, é realizado de acordo com a tendência esperada onze meses à frente. Quando do agravamento da crise no mercado da carne bovina, a partir de meados do ano, a avicultura de postura contava com a produção advinda do maior alojamento de matrizes ocorrido em agosto e setembro de 1985 (ver Gráfico 04). Houve um **aquecimento** da demanda, acarretando **escassez** de ovos, que os criadores procuraram ate-



nuar através do processo de **muda forçada**. No entanto, a resposta desse mercado a aumentos na demanda é demorada.

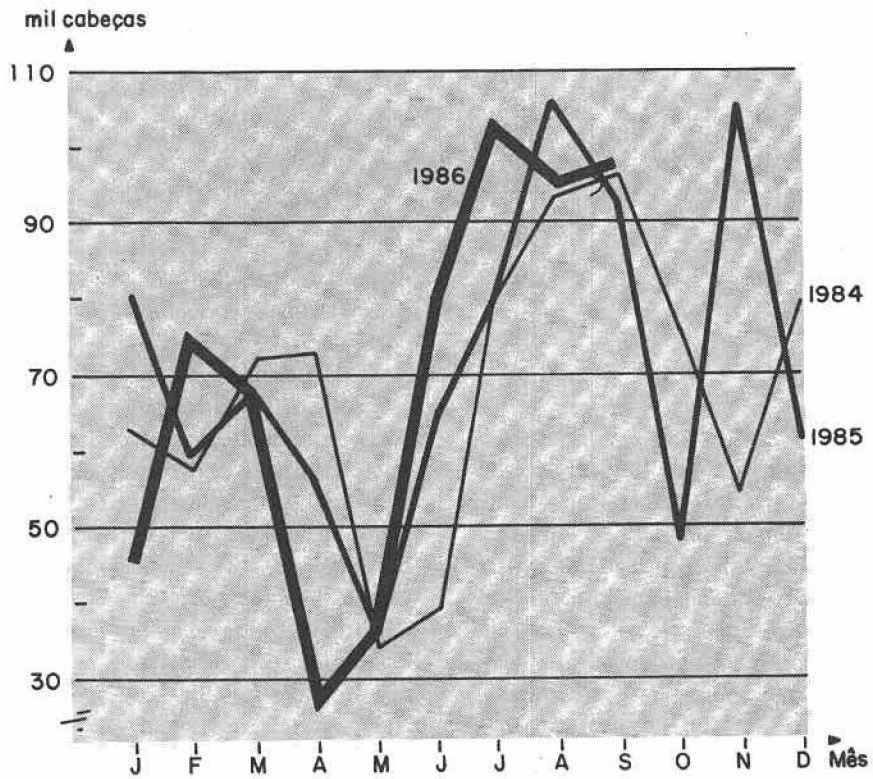
A **Apa** estima que, neste ano, a oferta comercial de ovos deverá alcançar perto de 1,1 bilhão de dúzias, 10,3% a mais do que em 1985 e recorde histórico (ver Gráfico 05).

De qualquer forma, os criadores não podem perder de vista a tendência de normalização do abastecimento das carnes em geral, à medida que termina a entressafra de carne bovina. Ou seja, com a chegada do verão (quando costuma cair o consumo de ovos) e com a maior oferta de carne vermelha e o aumento da produtividade das aves de postura, observa-se tendência sazonal à desvalorização dos preços dos ovos.

É de se destacar que vem sendo anunciada a breve assinatura de um contrato entre empresa de tecnologia avícola brasileira e uma congênere inglesa, visando a que sejam produzidas as **avós**, no **Brasil**, no máximo, até **1990**.

BRASIL – ALOJAMENTO MENSAL DE MATRIZES DE POSTURA (OVOS BRANCOS E VERMELHOS) – 1984-86[1]
(mil cabeças)

GRÁFICO 04

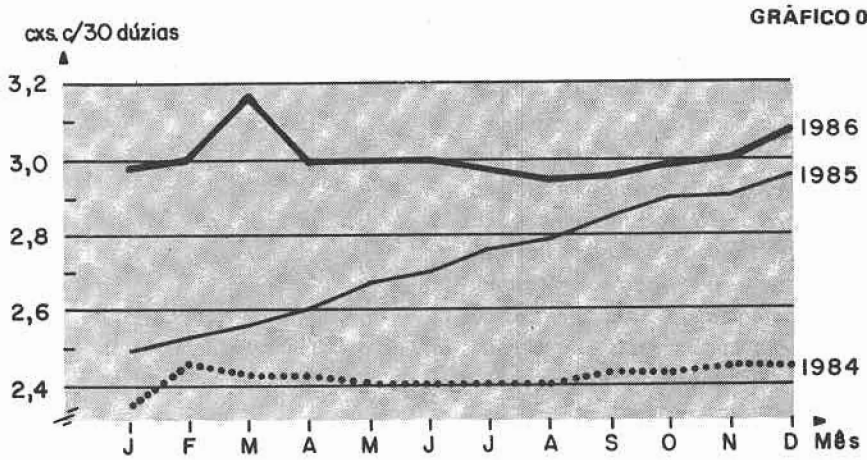


FONTE – União Brasileira de Avicultura.

[1] Janeiro a setembro.

BRASIL – PRODUÇÃO COMERCIAL MENSAL DE OVOS 1984-86
(Cz$/caixa de 30 dúzias)

GRÁFICO 05



FONTE – Associação Paulista de Avicultura – APA.

CANA·DE·AÇÚCAR

As metas estabelecidas pelo **IAA** *para esta safra deverão ser facilmente atingidas. Os problemas continuam, porém. As exportações de açúcar são gravosas e os excedentes da produção de álcool só serão absorvidos em razão do maior consumo deste ano.*

Norte-Nordeste

O **Plano da Safra 1986/87,** fixado pelo **Instituto do Açúcar e do Álcool,** no princípio de junho, prevê um acréscimo de 12% na quantidade de açúcar a ser produzida pela região Norte-Nordeste, em relação à safra anterior. No que diz respeito à produção de álcool, o total planejado para a presente safra supera em 7% o alcançado na de 1985/86 (ver Quadro 12).

Mantidas as condições climáticas até então predominantes, pode-se supor que as metas do **Plano** serão facilmente atingidas. A regularidade e a intensidade das chuvas na região, até o início do período do corte da cana, foram bastante favoráveis para o desenvolvimento da lavoura. Em setembro, a precipitação pluviométrica intensificou-se, impedindo o começo do corte e da moagem, que, de fato, só principiaram no mês seguinte. Contudo, a única conseqüência deste adiamento será a extensão da safra até abril de 1987, em algumas usinas.

A paralisação das atividades dos cortadores de Pernambuco, na primeira quinzena de outubro, resultado da inexistência de um acordo nas negociações trabalhistas promovidas entre os sindicatos dos canavieiros e as entidades patronais, também contribuiu para o atraso da safra. No entanto, não correspondem à realidade os prejuízos anunciados por fornecedores e usineiros, visto que, com o início das operações de corte e moagem, recupera-se o que não se tinha conseguido.

Dada a excelência das condições climáticas que prevaleceram no período anterior ao corte, é possível que a produção de cana supere o total requerido de matéria-prima para atender as metas do açúcar e do álcool. Diante desta possibilidade, as atenções voltam-se para o desempenho da safra da região Centro-Sul, onde o cumprimento do **Plano** pode ser dificultado pela seca que atingiu a lavoura de São Paulo, no ano passado. Neste caso, a produção excedente do Nordeste compensaria a escassez no Centro-Sul, bastando para isto que o **IAA** adaptasse seu **Plano** à nova situação.

Segundo estimativas do **Planalsucar,** Alagoas deverá produzir 26 milhões de



t de cana, seguido de Pernambuco, com 24 milhões de t. Destaque-se, ainda, que o rendimento agrícola médio de ambos deverá ficar em torno de

QUADRO 12 – REGIÃO NORTE-NORDESTE E ESTADOS – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL – RESULTADO FINAL DA SAFRA 1985/86 E PLANO DE SAFRA 1986/87

REGIÃO E ESTADO	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (t)		PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (m^3)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Norte-Nordeste	3.199.022	3.580.000	2.019.000	2.163.000
Rondônia	–	–	1.205	3.700
Pará	–	5.000	5.900	12.700
Maranhão	43.754	48.000	24.539	28.200
Piauí	–	–	13.119	14.300
Ceará	39.451	40.000	20.979	22.700
Rio Grande do Norte	129.361	135.000	132.002	146.300
Paraíba	153.619	155.000	310.120	342.000
Pernambuco	1.421.374	1.617.000	571.211	606.000
Alagoas	1.218.837	1.355.000	859.053	877.500
Sergipe	113.260	120.000	44.375	52.500
Bahia	79.366	105.000	37.130	57.100

FONTE – IAA.

50 t/ha, o que representará discreto acréscimo sobre o resultado obtido na safra passada.

É igualmente modesta a expansão da área plantada na região, visto que os estados com maior tradição na lavoura não mais possuem áreas aptas e disponíveis para o plantio.

As condições econômicas

Se os produtores nordestinos não enfrentam obstáculos naturais para a realização da meta de produção que lhes foi atribuída, reivindicam, contudo, uma solução para o problema que apontam como o mais grave a ser enfrentado nesta safra, ou seja, a defasagem dos preços da cana, do açúcar e do álcool, em relação aos custos de produção. Aliás, esta não tem sido uma preocupação exclusiva de fornecedores e usineiros nordestinos, estendendo-se a todos os produtores de cana-de-açúcar e de seus derivados, em todo o país.

Um estudo do **Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar**, de Pernambuco, compara a evolução do preço da cana com a inflação nos dois últimos anos (ver Quadro 13). Caso o preço da tonelada da cana correspondesse a 2,374 **ORTN**, como ocorria em setembro de 1984, seu valor atual seria de Cz$ 252,59, ou seja, 80,3% acima do preço hoje vigente.

Ainda acompanhando o Quadro 13, verifica-se que o preço de Cz$ 140,06/t de cana, que vigora desde o início da safra 1986/87, no Nordeste, está defasado 37% do preço fixado no princípio da safra anterior.

Assim sendo, os fornecedores de cana-de-açúcar teriam sido surpreendidos pelo congelamento dos preços efetuado pelo **Plano de Estabilização Econômica**, em um momento em que o preço da cana já estava bastante depreciado pela inflação e, portanto, em uma situação pouco cômoda, frente ao custo de produção da matéria-prima.

QUADRO 13 – PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR[1] E INFLAÇÃO – SETEMBRO DE 1984 A MARÇO DE 1986

DATA DA VIGÊNCIA	PREÇO DA TONELADA (Cr$)	VALOR DA ORTN (Cr$)	VALOR DE 1 t EM ORTN
Set/84	38.398,40	16.169,61	2,374
Fev/85	57.597,60	27.510,50	2,093
Jun/85	77.814,36	42.031,56	1,851
Set/85	112.053,69	53.437,40	2,096
Jan/86	140.065,86	80.047,60	1,749
Fev/86	140.065,85	93.039,40	1,505
Mar/86	Cz$ 140,06	Cz$ 106,40	1,316

FONTE – Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar, de Pernambuco.
1 Posto na esteira da Usina, para a região Norte-Nordeste.

Segundo a **Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Orplana)**, esta situação agravou-se ainda mais após a implantação da reforma econômica. Em estudo intitulado **Alternativas de Políticas Voltadas à Melhoria da Remuneração do Agricultor Canavieiro, seu Impacto no Nível de Preços**, entregue ao **Ministério da Fazenda**, em 14/08, arrolam-se alguns itens da estrutura do custo de produção da cana que tiveram majoração em seus respectivos preços, após o **Plano de Estabilização**. São eles:

a) os preços dos fertilizantes: resolução do **Conselho Interministerial de Preços**, em 29/05/86, autorizou um aumento no preço dos fertilizantes que, baseado nas formulações utilizadas para a cana pelos fornecedores, representa um acréscimo no custo de Cz$ 2,47/t de cana colhida;

b) mão-de-obra: em face dos novos acordos salariais e dos ganhos dos trabalhadores, conquistados através de movimentos grevistas, teria ocorrido uma elevação do custo da cana de Cz$ 2,59/t. Esta é uma estimativa válida para São Paulo, embora no Nordeste os trabalhadores também tenham obtido ganhos salariais (ver **box**);

c) custos financeiros: houve alteração nas taxas de juros, de 3% para 10% ao ano. Com isto, os custos financeiros se teriam elevado em Cz$ 2,25/t de cana.

Ainda segundo os cálculos da **Orplana**, a defasagem dos preços, que era de 35% em relação aos custos de produção da cana em São Paulo, teria se elevado para 43%.

Os fornecedores representados pela **Orplana**, reivindicam a retirada de tarifas e impostos, como forma de atenuar a situação sem transgredir o congelamento dos preços, à semelhança do que ocorreu com os remédios e a carne. Entretanto, é improvável que o governo federal permita que se generalize este tipo de solução, sob pena de comprometer parte de sua arrecadação tributária, bem como a dos estados.

Em face da indefinição, surgem as ameaças dos plantadores de cana, que vão desde a não renovação das áreas de plantio no Centro-Sul, até mesmo à paralisação das atividades no Nordeste.

Contudo, não é provável que estas hipóteses venham a se concretizar. A suposição mais concreta parece ser a de que os produtores aguardarão as anunciadas redefinições do **Plano de Estabilização Econômica**, esperando serem beneficiados pelas próximas medidas.

No Nordeste, os produtores reclamam, ainda, do crédito rural, quer pela sua falta, quer pelo seu atraso. Os pe-

quenos fornecedores, justamente os que mais dependem de financiamento para produzir, alegam que a chegada do crédito tem sido posterior ao período propício para o plantio. As dificuldades financeiras destes plantadores avultam, com a retenção, pelos bancos, dos pagamentos efetuados pelas usinas, visando a recuperar empréstimos contraídos e não saldados no tempo previsto.

Neste contexto, é vista com reservas a declarada intenção do governo federal de extinguir o chamado **subsídio de equalização de custos.** Ao Nordeste cabem aproximadamente 95% do total desta subvenção, que, de janeiro até setembro deste ano, atingiu Cz$ 3,3 bilhões. Contra-argumentam os defensores da manutenção do subsídio que os custos da produção nordestina não podem ser comparados, em condições de igualdade, com os custos verificados na região Sudeste. Além dos fatores físicos, que fazem com que a produção nordestina seja mais difícil, associam-se ainda outros aspectos, como o fato de ser mais dependente do mercado internacional, enquanto em estados como São Paulo as vendas se dão na porta da usina, sem maiores custos. Além do que, a aquisição e manutenção da maquinaria exigida para a produção da cana-de-açúcar e álcool são feitas com dificuldade no Nordeste, exigindo, até mesmo, a existência de oficinas próprias dentro das usinas.

O mercado externo do açúcar

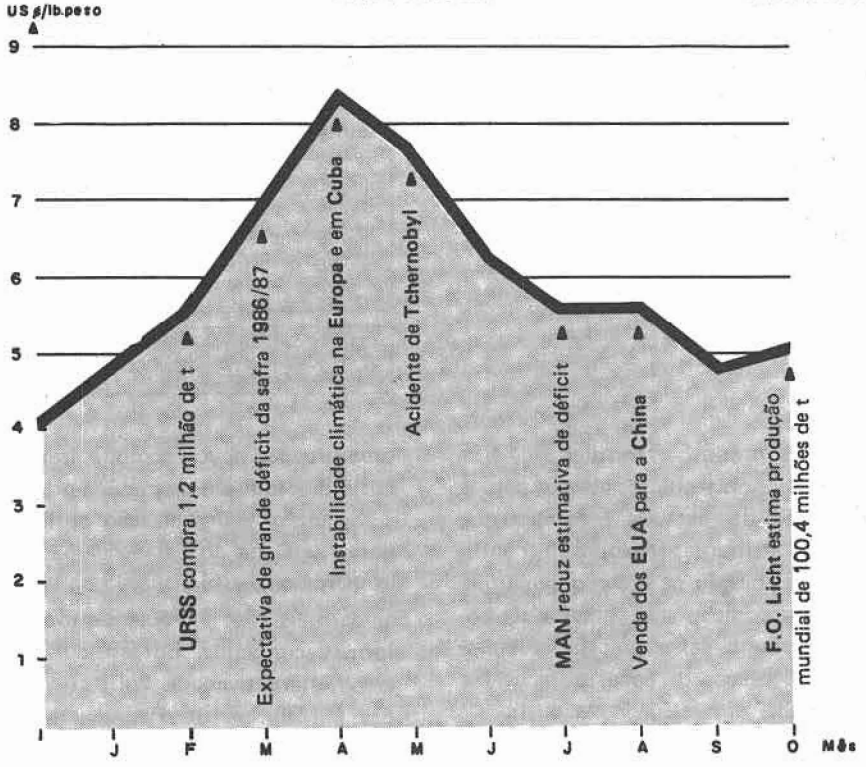
Se o governo federal manifesta-se freqüentemente preocupado com o subsídio de equalização de custos, não é menor a inquietação proveniente do comportamento do mercado internacional, que vem acarretando exportações permanentemente gravosas, há alguns anos.

O Gráfico 06 permite visualizar a evolução das cotações do açúcar no presente ano. Observa-se que, até abril, a curva dos preços revelou tendência ascendente. Acreditava-se que a safra que se iniciaria em setembro (1986/87) poderia apresentar grande déficit de produção relativamente ao consumo, aliviando os pesados estoques, que se acumularam durante anos seguidos. Para reforçar esta previsão, a **União Soviética** iniciou o ano realizando grandes aquisições. Ao mesmo tempo, as condições climáticas adversas em **Cuba** e em alguns países da **Europa** aumentavam as possibilidades de queda da produção.

Em maio, contudo, os preços começaram a declinar, visto que novas estimativas de safra apontavam menor diferença entre o consumo e a produção. Nem mesmo o acidente da usina nuclear de **Tchernobyl**, na **URSS**, foi capaz de manter o crescimento das cotações, mesmo sabendo-se que parte da safra de beterraba do Leste Europeu poderia estar comprometida. Em julho, a corretora londrina **E.D.F. Man** reconheceu que o déficit da safra 1986/87 será menor do que as 3 milhões de t que previra anteriormente, devendo ficar em torno de 1 milhão de t. Com isto, os estoques remanescentes seriam de 37 milhões de t, ainda bastante elevados, representando 38% do consumo mundial. Os acontecimentos que se seguiram, com as vendas dos **Estados Unidos da América** para a **China**, quando muito serviram para evitar uma derrubada maior dos preços.

Por fim, em outubro, **F. O. Licht** divulgou sua primeira estimativa da safra 1986/87, prevendo uma produção de 100,4 milhões de t (98,7 milhões de t na safra anterior). O consumo mundial, por sua vez, deve-se manter entre 102 milhões de t e 103 milhões de t. Caso se confirme a expectativa atual da firma alemã, o déficit não será tão grande como anteriormente

AÇÚCAR – PREÇOS DO ACORDO INTERNACIONAL – JANEIRO A OUTUBRO DE 1986
(US¢ / libra-peso) **GRÁFICO 06**



FONTE – International Sugar Organization (ISO).



era esperado.

Em suma, conclui-se que mais uma safra ocorrerá sem que se alterem fundamentalmente os fatores que impedem uma recuperação duradoura do mercado. Ou seja, a oferta mundial continuará sustentada, entre os principais países produtores, por elevados subsídios, como é o caso da **Comunidade Econômica Européia.** Por outro lado, a crescente substituição dos açúcares de cana e beterraba por sucedâneos, em países outrora grandes consumidores, não mais permite uma expansão do consumo suficiente para reduzir, de forma efetiva, os estoques acumulados. Isto vem acontecendo nos **Estados Unidos da América,** onde está prevista uma redução acentuada da quota de importação para 1987, que deverá situar-se entre 800 mil t e 1 milhão de t.

É neste contexto que o **IAA** vem anunciando a intenção de limitar as exportações brasileiras, em 1986, num total de 2,4 milhões de t. Assinale-se que o país exportou, até o final do primeiro semestre deste ano, 1,5 milhão de t de açúcar. Contudo, ao se afirmar nova tendência declinante dos preços internacionais, desde junho último, o **Instituto** suspendeu as vendas do produto brasileiro. Pretendia-se, de um lado, neutralizar os prejuízos destas vendas, já que o custo do açúcar exportado está estimado em US$ 200,00/t, enquanto o preço médio de exportação, até agosto, foi de aproximadamente US$ 150,00/t. Por outro lado, esperava-se que a ausência brasileira do mercado poderia induzi-lo a uma recuperação, o que até o momento não ocorreu.

É bem verdade que o **Brasil** se beneficia com a venda do açúcar para o mercado norte-americano, onde obtém um preço especial, atualmente estipulado em US$ 350,00/t **FOB.** No entanto, estas vendas têm sua quantidade limitada a uma quota estabelecida pelo governo dos **Estados Unidos da América,** que a vem reduzindo gradativamente. Enquanto em 1981 esta quota era de 400 mil t, em 1986 limitou-se a 280 mil t.

As exportações brasileiras, que foram interrompidas em junho último, deverão ser retomadas no final deste ano. Esta expectativa baseia-se no fato de que Pernambuco e Alagoas, que contribuem com 80% do açúcar exportado, estarão, em novembro e dezembro, alcançando o auge de suas produções. Caso o **Brasil** se mantenha fora do mercado internacional, restará a opção de formar estoques maiores do que aqueles anteriormente previstos, o que não parece provável, diante dos elevados custos que eles representariam.

O Quadro 14 apresenta os resultados das exportações de açúcar e melaço até o final de agosto de 1986. Observa-se ligeira recuperação na arrecadação com estas vendas, quando comparadas com o resultado em igual período do ano passado. Mantida a meta de exportação de 2,4 milhões de t, para 1986, o **Brasil** deverá obter um total de US$ 400 milhões, pouco superior aos US$ 360 milhões alcançados em 1985. As exportações de melaço, por sua vez, costumam ter maior incremento no final do ano, com o início da safra do Nordeste. Na presente colheita, beneficiam-se de um preço levemente superior ao de 1985. De qualquer forma, pouco acrescentam ao total de divisas provenientes das vendas do chamado **complexo açucareiro.**

A demanda do álcool carburante

No final da safra 1985/86, o **Conselho Nacional de Petróleo** reconheceu um estoque excedente de álcool de 2,5 bilhões de litros, além de 1,6 bilhão de litros conservados como estoque de se-

QUADRO 14 – AÇÚCAR E MELAÇO – EXPORTAÇÕES DE JANEIRO A AGOSTO 1985-86

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE (t)		US$ 1000 FOB		PREÇO MÉDIO US$/t	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Açúcar			233.103	304.901		
demerara	736.691	714.767	103.263	101.551	140,17	148,08
cristal	229.621	254.429	23.628	37.671	102,90	148,06
refinado	791.408	962.102	104.178	153.877	131,64	159,94
melaço de cana	49.760	218.409	2.034	11.802	40,88	54,04

FONTE – Cacex.

gurança. Estes números indicavam um excedente elevado e logo suscitaram acirrados debates, com propostas de criação e expansão dos mercados para o produto e críticas à condução do **Proálcool**, com a aprovação considerada indiscriminada de projetos de ampliação e instalação de novas destilarias (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 9, setembro de 1986).

No entanto, para a presente safra, estas preocupações parecem ter sido afastadas. Isto porque, após o **Plano de Estabilização Econômica**, o consumo de álcool carburante passou a apresentar notável crescimento.

Segundo a **Petrobrás**, a demanda pelo álcool, em agosto último, atingiu 143 mil barris/dia, o que representa um acréscimo de 1,5% sobre o consumo do mês anterior. Outrossim, o consumo do álcool hidratado, de janeiro a agosto de 1986, teve maior crescimento entre os combustíveis, de 36,6% em relação a igual período de 1985.

Conclui-se que não apenas a reforma econômica, implantada em fins de fevereiro, contribui de forma relevante para o crescimento do consumo, como também que o depósito compulsório sobre os preços da gasolina e do álcool, efetivado em julho último, pouco influiu sobre a demanda dos dois produtos, com destaque especial para o álcool.

A **Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cenal)** avalia que o país consumirá 1,2 bilhão de litros acima dos 10,5 bilhões inicialmente previstos. Este fato, combinado com uma possível redução da produção, em face da seca que atingiu a região Sul do país, em fins do ano passado e no início de 1986, faria desaparecer os estoques excedentes herdados da safra anterior.

Contudo, a sugestão de ampliação do parque alcooleiro, que, nestas circunstâncias, é sempre cogitada, deve ser tratada com cautela. Reafirma-se a necessidade de programar o **Proálcool** de forma mais tempestiva, com maior inserção em um planejamento integrado do setor energético.

ACOMPANHAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR

À semelhança de anos anteriores, os cortadores de cana dos principais estados produtores nordestinos empreenderam amplo movimento reivindicatório, no início da presente safra. A maior novidade, por certo, foi que o processo de negociação, em que participaram simultaneamente patrões (usineiros e fornecedores de cana) e trabalhadores rurais, também ocorreu em Alagoas.

As negociações, mediadas pela **Delegacia Regional do Trabalho**, aconteceram, ainda, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os resultados obtidos, porém, foram diferenciados, tendo em vista a especificidade de cada estado e mesmo a capacidade de mobilização dos agentes econômicos interessados.

No estado de Pernambuco, ante a impossibilidade de acordo entre as propostas patronais e dos canavieiros, foi instaurado dissídio coletivo, precedido, até seu julgamento, por longa greve (de 29 de setembro a 10 de outubro). Com a adesão de quase 240 mil trabalhadores, nos 48 municípios da zona canavieira o corte da cana foi interrompido, até o julgamento pelo **Tribunal**.

Duas reivindicações, do conjunto de 54, encaminhadas pelos cortadores de cana de Pernambuco, despontaram como as mais importantes: um salário de Cz$ 1.200,00 e a regulamentação e marcação do preço da cana por **braça** e **cubo**. Os usineiros e fornecedores contrapuseram um salário de Cz$ 948,00, mais o acréscimo de Cz$30,00 após noventa dias e a obrigação dos trabalhadores cortarem 3 mil quilos de cana pelo salário-dia.

A decisão do **Tribunal**, favorável aos trabalhadores, determinou a correção do salário pelo **Índice de Preços ao Consumidor (IPC)** integral e mais 6% de produtividade.

Quanto à tabela de tarefas, foi estabelecida uma disciplina para o corte de cana por **braça** e **cubo**. Outras decisões do **Tribunal** também corresponderam aos anseios dos trabalhadores, como a que assegura a prevenção da violência nos engenhos; o direito ao salário-família; a estabilidade de emprego ao trabalhador acidentado, por sessenta dias; a licença à trabalhadora quando seu filho for hospitalizado; o pagamento em dobro do salário por trabalho realizado aos domingos, entre outros.

Os patrões consideram que os ganhos concedidos aos trabalhadores agravarão ainda mais a crise da agroindústria na região, tendo impetrado recurso no **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**. Os trabalhadores, por sua vez, pretendem manter sua mobilização, para garantir o cumprimento dos direitos adquiridos.

Esta edição se encerrava quando o governo anunciou nova decretação de um conjunto de medidas visando a complementar o **Plano de Estabilização Econômica**. Algumas se referem ao subsetor do açúcar e do álcool, sobressaindo-se a de um aumento de 60% no preço do álcool combustível, vendido nos postos de gasolina, que passou para Cz$ 6,35/litro.

O governo federal, atendendo parcialmente à reivindicação dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, aumentou o preço da cana em 32% e do açúcar e do álcool em 25%. O preço do açúcar também foi reajustado no varejo. É importante observar que a decisão governamental se deu alguns dias após a paralisação do corte e da moagem, por parte de fornecedores e usineiros alagoanos, que protestavam contra o congelamento dos preços dos três produtos.

Mais uma vez, as autoridades retrocederam em sua anunciada intenção de acabar com o subsídio de equalização dos custos do açúcar, que tem como objetivo ressarcir os produtores do Nordeste e do estado do Rio de Janeiro dos custos de produção mais elevados com que operam. Este subsídio permanece inalterado, já que o percentual de aumento dos preços foi igual para todas as unidades da Federação. Por outro lado, deve crescer o subsídio à exportação do açúcar, pois o custo de aquisição, internamente, foi majorado.

No tocante à reforma administrativa, alguns órgãos de imprensa chegaram a noticiar a extinção do **Instituto do Açúcar e do Álcool**, o que não se confirmou. Pelo **Decreto 93.605/86**, as autoridades governamentais criaram a **"Comissão Interministerial para a Recuperação Financeira do Setor Sucro-Alcooleiro"**, que, no prazo de noventa dias, deve propor uma solução para o problema da cobrança de débitos das usinas.

TRIGO

Encerra-se mais uma boa colheita. Nos dois últimos anos, combinaram-se preços de garantia elevados e clima favorável e houve grande aplicação de recursos financeiros para adquirir a safra.

A safra de trigo, ora em final de colheita, registrou expansão em todos os estados produtores e o rendimento físico, embora não seja tão bom quanto o do último ano, situa-se acima da média histórica.

O **IBGE** estima a produção em 5,2 milhões de t, numa área cultivada de 3,9 milhões de ha, o que implica uma produtividade de 1.331 kg/ha. Os dados referentes ao cultivo, em 1986, encontram-se apresentados no Quadro 15.

As perspectivas favoráveis para esta safra começaram a se delinear com a fixação de um **Valor Básico de Custeio (VBC)** considerado satisfatório pelos produtores, que premiava a utilização de melhor tecnologia.

Posteriormente, o preço de garantia de Cz$ 3.340,00/t ou US$ 241,00/t, muito próximo dos US$ 248,00/t pagos em 1985, também atuou como estímulo ao crescimento do plantio, já previsível em função dos excelentes resultados obtidos na colheita do ano anterior.

Finalmente, o clima seco registrado na região Sul, durante a maior parte do inverno e da primavera, assim como a ausência de geadas propiciaram a obtenção de produtividades físicas bastante razoáveis. Os tradicionais problemas desta lavoura não estiveram ausentes, porém. Registraram-se no Paraná e em São Paulo, onde algumas áreas foram prejudicadas por intensa seca, na época de germinação das plantas. Seus rendimentos por ha apresentaram decréscimo em relação aos de 1985.

QUADRO 15 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE TRIGO 1985-86

ESTADO	ÁREA (mil ha)		PRODUÇÃO (mil t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Minas Gerais	8	11	13	23	1.625	2.091
São Paulo	155	209	296	299	1.910	1.430
Paraná	1.295	1.945	2.642	2.800	2.040	1.440
Santa Catarina	40	125	51	113	1.275	904
Rio Grande do Sul	971	1.186	1.002	1.519	1.032	1.281
Mato Grosso do Sul	201	396	318	398	1.582	1.005
Goiás	–	1	–	2	–	2.000
BRASIL	2.670	3.873	4.322	5.154	1.619	1.331

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – outubro de 1986 – IBGE.

É importante ressaltar, contudo, que, nesses dois estados, obteve-se média de 1.440 kg/ha, que deve ser considerada satisfatória, se comparada com as safras dos últimos dez anos e, ainda, levando em conta o elevado preço pago ao agricultor.

Mais uma vez, como se repete monotonamente há muito tempo, cogitam-se mudanças nas políticas de produção e comercialização. O propósito de retirar integralmente o subsídio ao consumo foi anunciado como item importante no ajuste do **Plano de Estabilização Econômica**, o que implicaria expressivo rebaixamento dos preços pagos aos agricultores, a partir de 1987.

No que diz respeito à produção, ao contrário de vezes anteriores, é o sucesso da safra tritícola – e não, seu fracasso – (ver Quadros 15 e 16) que suscita as discussões. Nos últimos dois anos, houve uma combinação de elevados preços de garantia com um clima bastante propício ao cultivo dos cereais de inverno. Isso acarretou substancial emprego de recursos finan-

QUADRO 16 – BRASIL – PRODUÇÃO DE TRIGO – 1976-86 (mil t)

ANO	PRODUÇÃO
1976	3.216
1977	2.066
1978	2.691
1979	2.927
1980	2.702
1981	2.210
1982	1.849
1983	2.236
1984	1.956
1985	4.322
1986[1]	5.154

FONTE – IBGE.
1 Estimativa.

ceiros para adquirir a safra, que vai ser paga aos produtores em parcelas.

Historicamente, o governo compra a produção interna por um preço superior ao do trigo importado, tentando, com isso, incentivar e viabilizar a triticultura brasileira. Nos últimos três anos, a acentuada queda das cotações no mercado internacional, conforme apresentado no Quadro 17, aumentou a diferença entre os preços pagos internamente e o preço de aquisição no exterior. Este ano, está-se pagando ao agricultor brasileiro praticamente o dobro da cotação do cereal importado.

Na intensa polêmica que envolve tudo o que diz respeito ao trigo no Brasil, há quem defenda e quem ataque o incentivo à produção a um custo, para o **Tesouro Nacional** e para a sociedade, bastante elevado. Ocorre que, com as baixas produtividades médias aqui obtidas em relação à **Argentina**, aos **EUA**, **Canadá** ou à **CEE**, por exemplo (ver Quadro 18), é difícil imaginar como os preços pagos aos agricultores brasileiros poderiam ser igualados às cotações do mercado internacional.

Até 1972, eram os consumidores de derivados de trigo no país que pagavam por esse **incentivo**. Isto porque desde a completa estatização da comercialização, em 1967, o preço de venda do trigo à indústria moageira era calculado de modo a equivaler, aproximadamente, à média ponderada dos custos internos de aquisição do trigo nacional e do importado.

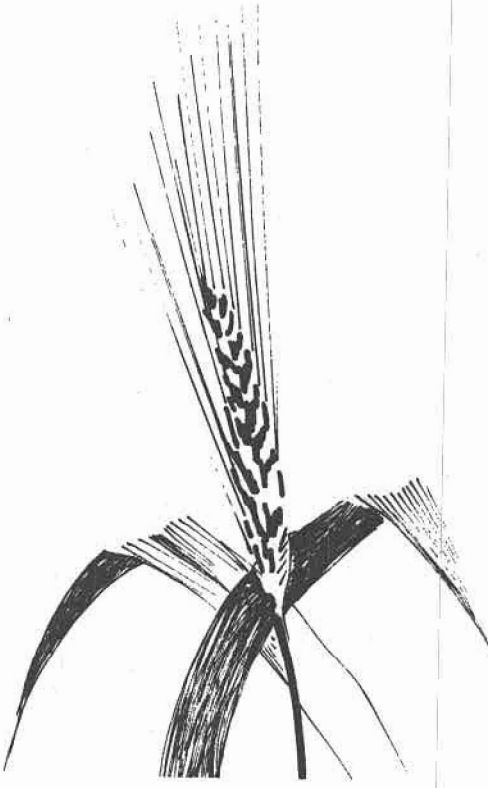
Em 1972, no entanto, os preços internacionais acusaram forte alta, que as autoridades governamentais optaram por não repassar ao consumidor brasileiro. Instituiu-se, assim, um subsídio direto ao consumo, uma vez que o governo adquiria o produto nacional e o importado e os repassava a preços menores aos moinhos. Em 1974, as cotações internacionais voltaram a declinar, eliminando, portanto, a razão pela qual o subsídio havia sido instituído. A preocupação com o impacto sobre os índices inflacionários, que o corte desse subsídio acarretaria, fez com que ele permanecesse. Nos últimos doze anos, várias vezes se anunciou a sua extinção. Sua permanência, apesar do **consenso** a respeito da necessidade de extingui-lo, parece dever-se à preocupação mais acentuada das autoridades com os índices de preços do que com a própria inflação. Qualquer aumento de preços, tanto do trigo em grão quanto da farinha, reflete-se imediatamente nos índices, enquanto o subsídio, financiado pela emissão de moeda ou pela colocação de títulos públicos, por exemplo, não aparece de forma explícita no cálculo da inflação.

Caso, efetivamente, se venha a decidir pela eliminação do subsídio, terá que ocorrer um drástico reajuste dos preços de venda aos moinhos, que se elevariam substancialmente em relação aos atuais Cz$ 1.060,31/t, já que a maior parte do trigo a ser consumido em 1987 está sendo adquirida, pelo governo, a Cz$ 3.340,00/t. Isso representaria forte impacto sobre os índices de preços e sobre os orçamentos familiares. Afinal, a instituição do subsídio ao consumo e o conseqüente barateamento dos preços dos produtos derivados de trigo, por mais de uma década, fizeram com que o pão e o macarrão, por exemplo, ganhassem um

QUADRO 17 – EUA – PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DO TRIGO 1981-86 – (US$/t)

ANO	PREÇO
1981	177
1982	162
1983	158
1984	153
1985	138
1986[1]	118

FONTE – Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).
1 Média de janeiro a setembro.
Nota: Os preços são do trigo "Hard Winter nº 2", Fob-Golfo do México.



QUADRO 18 – TRIGO – REGIÕES E PAÍSES SELECIONADOS – RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE – 1982/83 – 1986/87 (kg/ha)

SAFRA	EUA	CANADÁ	CEE	ARGENTINA
1982/83	2.390	2.130	4.040	2.050
1983/84	2.650	1.940	3.970	1.850
1984/85	2.610	1.610	5.130	2.220
1985/86[1]	2.520	1.770	4.700	1.610
1986/86[2]	2.310	2.180	4.550	1.900
1986/87[2]	2.310	2.180	4.550	1.900

FONTE – Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).
1 Preliminar;
2 estimativa.

QUADRO 19 – ÁREA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, EM PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO A CLASSE DE DESPESA CORRENTE DA FAMÍLIA – 1974
(em cruzeiros)

DESPESA	SALÁRIO MÍNIMO								
	Menos de 1	1 a 2	2 a 3,5	3,5 a 5	5 a 7	7 a 10	10 a 15	15 a 30	Mais de 30
Despesas correntes	3.245	6.999	12.242	18.232	25.044	32.634	44.499	74.203	165.527
Alimentação	1.329	3.075	5.291	7.417	9.581	11.325	12.855	14.869	22.129
Trigo[1]	151	274	452	598	703	728	701	674	828
Arroz	168	413	569	688	772	710	577	426	486
Milho	30	33	35	39	34	30	33	32	38
Mandioca[2]	18	47	38	39	39	46	38	37	52

FONTE – Estudo Nacional de Despesa Familiar – IBGE.

OBS.: As classes de despesas foram calculadas em termos do maior salário mínimo mensal vigente no país em agosto de 1974 – Cr$ 376,80 – que corresponde, em termos anuais, a aproximadamente Cr$4.500,00.
As despesas correntes incluem gastos com alimentação, vestuário, habitação, higiene, saúde, transportes, educação, recreação, cultura e fumo, além de impostos pagos, contribuições trabalhistas e previdência social.

[1] Inclui pão, biscoito, macarrão e farinha de trigo;

[2] inclui mandioca e farinha de mandioca.

peso expressivo nos dispêndios com alimentação.

É muito difundida a idéia de que o subsídio favorece as famílias de alta renda, as quais adquiriram, em 1974, mais derivados de trigo do que as famílias menos favorecidas, de acordo com o **Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef)**, realizado pelo **IBGE**. Pode-se contrapor a esse argumento, entretanto, o próprio **Endef**, que mostra claramente que as famílias mais abastadas gastavam mais do que as pobres comprando alimentos em geral, não só à base de trigo, mas também arroz, milho ou farinha de mandioca. Já naquela época, segundo se observa ainda pelos dados do **Endef**, a participação percentual do trigo no total dos gastos com alimentação era mais elevada nas faixas salariais mais baixas (da mesma forma que o arroz ou a mandioca), indicando um peso maior do trigo em termos relativos, na cesta alimentar de baixa renda. Os Quadros 19 a 22 comprovam essas afirmações (ver **Agroanalysis**, vol 8, nº 7, julho de

QUADRO 20 – ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO – DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, EM PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO A CLASSE DE DESPESA CORRENTE DA FAMÍLIA – 1974
(em cruzeiros)

DESPESA	SALÁRIO MÍNIMO								
	Menos de 2	2 a 3,5	3,5 a 5	5 a 7	7 a 10	10 a 15	15 a 20	20 a 30	Mais de 30
Despesas correntes	6.432	12.450	18.459	24.709	32.713	43.940	58.475	75.752	133.723
Alimentação	2.561	4.846	6.725	8.460	10.263	12.812	12.694	16.345	17.759
Trigo[1]	231	434	615	730	795	829	793	918	808
Arroz	355	609	717	777	733	639	492	399	382
Milho	19	26	31	28	23	30	27	39	54
Mandioca[2]	15	20	19	20	15	22	21	12	27

FONTE – Estudo Nacional de Despesa Familiar – IBGE.

OBS.: As classes de despesas foram calculadas em termos do maior salário mínimo mensal vigente no país em agosto de 1974 – Cr$ 376,80 – que corresponde, em termos anuais, a aproximadamente Cr$4.500,00.
As despesas correntes incluem gastos com alimentação, vestuário, habitação, higiene, saúde, transportes, educação, recreação, cultura e fumo, além de impostos pagos, contribuições trabalhistas e previdência social.

[1] Inclui pão, biscoito, macarrão e farinha de trigo;

[2] inclui mandioca e farinha de mandioca.

QUADRO 21 – ÁREA METROPOLITANA DE RECIFE – DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, EM PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO A CLASSE DE DESPESA CORRENTE DA FAMÍLIA –1974
(em cruzeiros)

DESPESA	SALÁRIO MÍNIMO								
	Menos de 1	1 a 2	2 a 3,5	3,5 a 5	5 a 7	7 a 10	10 a 15	15 a 30	Mais de 30
Despesas correntes	3.417	5.625	7.762	9.875	12.082	14.245	17.919	25.143	57.526
Alimentação	1.459	3.049	3.945	5.034	6.006	6.607	7.768	9.890	13.657
Trigo[1]	222	449	610	782	848	873	1.021	1.240	1.268
Arroz	32	68	104	154	194	221	257	335	416
Milho	25	59	68	90	102	124	102	108	121
Mandioca[2]	94	202	228	220	231	225	203	174	143

FONTE – Estudos Nacional de Despesa Familiar – IBGE.

OBS.: As classes de despesas foram calculadas em termos do maior salário mínimo vigente no país em agosto de 1974 – Cr$ 376,80 – que corresponde, em termos anuais, a aproximadamente Cr$4.500,00.
As despesas correntes incluem gastos com alimentação, vestuário, habitação, higiene, saúde, transportes, educação, recreação, cultura e fumo, além de impostos pagos, contribuições trabalhistas e previdência social.

[1] Inclui pão, biscoito, macarrão e farinha de trigo;

[2] inclui mandioca e farinha de mandioca.

1984).

É importante ressaltar ainda que o **Endef** se refere à estrutura de consumo das famílias em 1974. É possível que, nesses últimos doze anos, o trigo e seus derivados tenham passado a desempenhar um papel muito mais importante no consumo alimentar.

A retirada do subsídio, portanto, tem implicações diversas. Do ponto de vista dos consumidores, haverá o inevitável encarecimento de sua cesta básica, por dois caminhos distintos: pela majoração dos preços finais do trigo e pelo aumento nos preços dos bens substitutos, cuja demanda será pressionada.

Adicionalmente, o fim da comercialização estatal implicará custos adicionais para as empresas moageiras, que certamente os repassarão aos preços da farinha.

Por fim, o lavrador ficará em posição delicada, pois a extinção do subsídio causará profunda alteração no processo produtivo.

QUADRO 22 – ÁREA RURAL NÃO METROPOLITANA DA REGIÃO NORDESTE – DESPESA ANUAL POR FAMÍLIA, EM PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO A CLASSE DE DESPESA CORRENTE DA FAMÍLIA –1974
(em percentual)

DESPESA	SALÁRIO MÍNIMO								
	Menos de 1	1 a 2	2 a 3,5	3,5 a 5	5 a 7	7 a 10	10 a 15	15 a 20	Mais de 30
Despesas correntes	1.629	2.873	3.885	4.966	6.058	7.170	8.247	12.228	30.670
Alimentação	1.024	1.957	2.696	3.442	4.173	4.882	5.593	7.682	13.149
Trigo[1]	26	50	74	94	32	162	172	319	713
Arroz	56	122	210	255	337	436	477	700	870
Milho	30	62	112	147	195	197	262	312	212
Mandioca[2]	152	274	332	418	451	526	548	607	636

FONTE – Estudo Nacional de Despesa Familiar – IBGE.

OBS.: As classes de despesas foram calculadas em termos do maior salário mínimo mensal vigente no país em agosto de 1974 – Cr$ 376,80 – que corresponde, em termos anuais, a aproximadamente Cr$4.500,00.
As despesas correntes incluem gastos com alimentação, vestuário, habitação, higiene, saúde, transportes, educação, recreação, cultura e fumo, além de impostos pagos, contribuições trabalhistas e previdência social.

[1] Inclui pão, biscoito, macarrão e farinha de trigo;

[2] inclui mandioca e farinha de mandioca.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Decreto nº 93.605,** de 21/11/86, cria a **Comissão Interministerial para a Recuperação do Setor Sucro-Alcooleiro,** integrada por representantes do **Mic, Seplan, Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** e **Banco do Brasil. A Comissão** deverá examinar os débitos e a situação econômico-financeira das empresas da área, com vista a fixar procedimentos e condições para seu equacionamento, tendo o prazo máximo de noventa dias para se desincumbir de suas atribuições, após o que se extinguirá automaticamente **(D.O.U.** 24/11/86).

BORRACHA

O **Decreto nº 93.537,** de 05/11/86, determina que as atribuições do **Conselho Nacional da Borracha,** relativas a preços, sejam desempenhadas em articulação com o **Conselho Interministerial de Preços.**

O **Decreto** também trata da composição e do funcionamento do **Conselho Nacional da Borracha** e altera a estrutura básica da **Sudhevea.** Esta será formada por órgãos de assistência ao **Superintendente (Gabinete e Procuradoria),** órgãos de planejamento, coordenação e controle financeiro **(Coordenadoria de Planejamento** e **Controle** e **Auditoria),** órgãos centrais de direção superior **(Coordenadoria de Borracha Natural, Coordenadoria de Produção Industrial, Coordenadoria de Comercialização** e **Coordenadoria de Administração).** Em sessenta dias, o **Ministro da Indústria e Comércio** deverá aprovar o novo **Regimento Interno** do órgão **(D.O.U. 06/11/86).**

CAFÉ

O **Decreto nº 93.536,** de 05/11/86, cria o **Conselho Nacional de Política Cafeeira, CNPC** e reestrutura o **IBC.** O **Conselho** será órgão da estrutura do **Ministério da Indústria e Comércio,** devendo assistir ao **Ministro** (que o presidirá) na formulação das políticas e diretrizes para o setor cafeeiro. Integrarão o novo órgão dez representantes da lavoura cafeeira, seis representantes do comércio exportador, dois representantes da indústria de torrefação e moagem e dois da indústria de café solúvel.

O **Conselho,** deverá reunir-se ordinariamente por convocação de seu presidente, a cada trimestre, e extraordinariamente, quando necessário. As funções de membro do **CNPC** não serão remuneradas.

Quanto à reestruturação do **IBC,** compor-se-á dos órgãos de assistência direta e imediata ao **presidente (Gabinete, Procuradoria e Coordenadoria de Comunicação Social),** de três diretorias **(Produção, Comercialização e Administração e Finanças),** de três diretorias regionais (nove, no máximo) e escritórios no exterior (Londres e Tóquio). O **Decreto** fixa o prazo de sessenta dias para que o Presidente do **IBC** submeta ao **Ministro da Indústria e Comércio** o **Regimento Interno** do órgão, que conterá o detalhamento da estrutura básica, a competência dos órgãos e unidades e as atribuições de seus dirigentes. Também é fixado prazo (noventa dias) para que o **IBC** proponha ao **Ministro** as medidas necessárias à criação dos mecanismos apropriados para regulamentar a formação dos estoques reguladores de café e para que o **IBC** concentre sua administração central em Brasília **(D.O.U.** 06/11/86).

O **Decreto-Lei nº 2.295,** de 21/11/86, isenta de imposto de exportação as vendas de café para o exterior e reinstitui a quota de contribuição que fora extinta pelo **Decreto-Lei nº 2.197,** de 26/12/84, que criou o imposto ora extinto. O valor da quota de contribuição será fixado pelo presidente do **IBC,** ouvido o **CNPC,** e os recursos resultantes da arrecadação da quota serão depositados no **Banco do Brasil,** na conta do **Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.** Este **Fundo** será estruturado por **Decreto** do **Poder Executivo** e seus recursos destinar-se-ão ao "financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, indústria de café e da exportação, ao desenvolvimento de pesquisas, dos meios e vias de transportes, dos portos, da defesa do preço e do mercado, interno e externo, bem como das condições de vida do trabalhador rural". A compensação do valor das bonificações e quaisquer outros incentivos às exportações de café, concedidos com base no citado **Decreto 2.197,** serão efetuados com o valor da quota de contribuição **(D.O.U.** 24/11/86).

REFORMA DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

Em fins de novembro, o governo federal tornou público um conjunto de medidas, denominado pela imprensa **Cruzado II**, destinadas a corrigir os rumos do **Plano de Estabilização Econômica.** Foram publicados quinze decretos-lei e 22 decretos, além de várias resoluções do **Banco Central**, que abrangem temas tão díspares quanto normas para licitações e contratos da administração federal e regulamentação da escala móvel de salários. As intenções declaradas pelo **pacote de medidas** são a contenção da demanda interna e a redução do déficit público, além do estancamento da perda de reservas cambiais, que se vinha acelerando nos últimos meses. Com a intenção de não prejudicar as classes de renda inferior, optou-se por elevar substancialmente o **IPI** de automóveis, cigarros, bebidas, gasolina e álcool, considerados produtos supérfluos. Decidiu-se também alterar, mais uma vez, o índice utilizado para corrigir os salários, com o conceito de **IPC restrito** — famílias com renda até cinco salários mínimos, reduzindo-se os componentes alimentação, moradia e transporte **(Decreto-Lei 2.290**, de 21/11/86), mas declarações das autoridades econômicas esclareceram que, também, deveriam ser incluídas despesas relativas à educação e à saúde. O certo é que os aumentos nos preços daqueles produtos cujo **IPI** foi majorado foram excluídos do cálculo do índice. O citado decreto-lei visa a reduzir os resquícios de indexação que permaneceram e assim propõe o uso da variação das taxas das **LBC** para corrigir contratos que antes eram corrigidos através da **OTN** (como as cadernetas de poupança).

Ainda no que se refere a alterações de preço, o **pacote** reajusta as tarifas de alguns serviços públicos — energia elétrica, telefones e correios — e os preços do açúcar e de medicamentos. A época em que tais medidas foram tornadas públicas, logo após as eleições, e o seu impacto causaram protestos populares amplamente noticiados pela imprensa. Também no meio dos economistas, tais medidas provocaram perplexidade, pois não atacam um dos problemas mais visíveis da economia pós-cruzado: a questão dos preços relativos, em muitos casos claramente desalinhados.

Não cabe aqui tecer comentários sobre as novas medidas em geral, mas apenas fazer algumas observações sobre suas possíveis repercussões na produção agrícola.

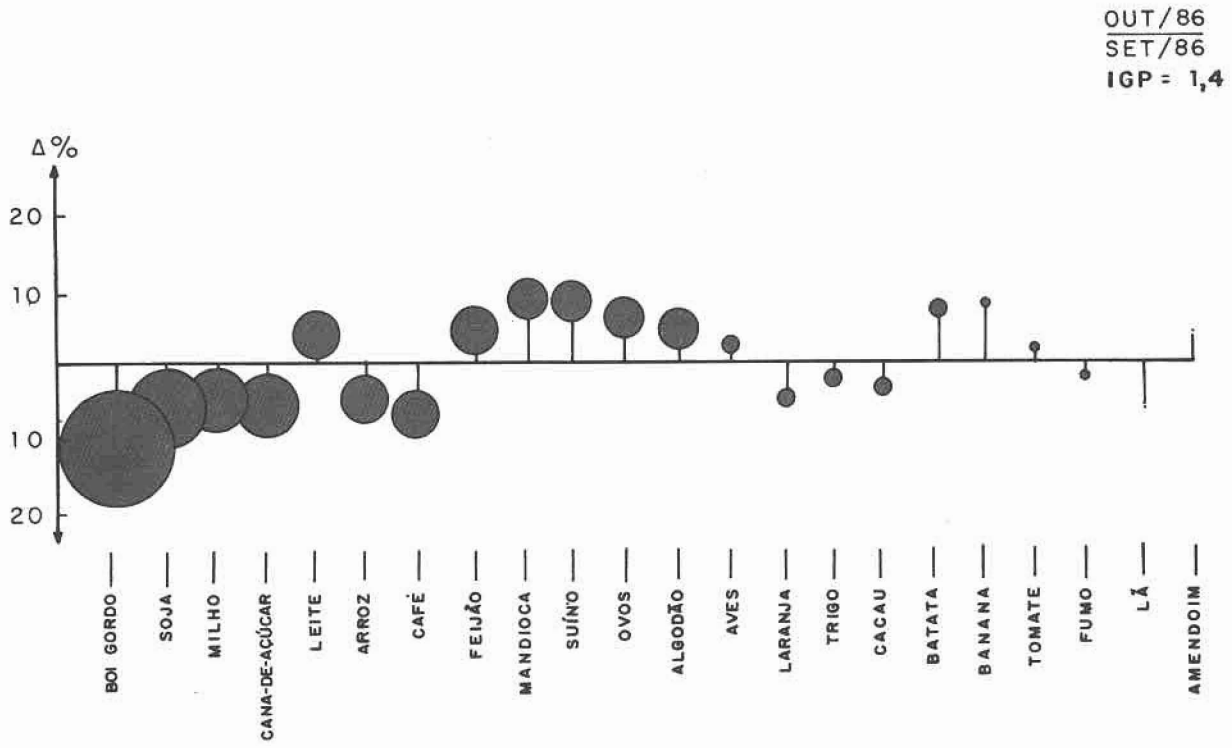
É de se mencionar que, estranhamente, nenhum dos decretos-lei, decretos ou resoluções do **Bacen** faz qualquer menção específica ao setor agrícola. Isto, no entanto, não significa que não venham a ter impacto sobre o setor.

Constata-se, por exemplo, que o aumento nos preços dos combustíveis —álcool e gasolina — terá, sem dúvida, repercussão considerável sobre os custos de produção da agricultura, haja vista o uso de motores com eles alimentados em diversas fases da atividade. Outrossim, parte do transporte de produtos agrícolas, seja no interior do estabelecimento, seja entre este e os centros de comercialização mais próximos, é feita em veículos movidos a álcool ou a gasolina. Tanto o aumento dos preços destes combustíveis, quanto os da energia elétrica (que, no caso do meio rural, será de 10%), influenciarão os custos da irrigação. Assim, o aumento se choca com as propostas de uma política de ampliação do uso de tal tecnologia, através de programas como o **Proine** e o **Proni.**

Além disso, causa estranheza que tenham sido criados dois novos tipos de poupança, o **PAIT** e a **caderneta pecúlio**, incentivados pela isenção do **Imposto de Renda** sobre as aplicações (e não apenas sobre seus rendimentos, como no caso da caderneta tradicional) sem que tenha sido sequer regulamentada a **Caderneta Verde**, criada em julho. Se, naquela época, já existia um conflito entre os dois tipos de poupança, o que dizer do presente, quando foram criados mais incentivos a investimentos voltados para aplicações urbanas?

Finalmente, há a questão da nova indexação dos salários. Seu objetivo claro é impedir que o mecanismo do **gatilho** seja detonado, procurando resguardar o poder aquisitivo das classes menos favorecidas. Em que pese outro tipo de objeções que possam ser feitas à medida, uma coisa parece evidente: ao se reduzir o número de componentes da cesta básica, procuram-se os meios de manter seus preços estáveis sem ter que provocar grandes perturbações no mercado dos produtos industriais, cujos preços poderiam, num futuro próximo, ser administrados com certa flexibilidade. Entretanto, esquece-se que estes itens da cesta básica são, em sua maioria, os produtos alimentares de mercado interno, cuja produção a política agrícola da **Nova República** desejava incentivar. Será possível conciliar este objetivo com o aumento dos custos, decorrente das citadas majorações nos preços dos combustíveis e da energia? Ou, novamente, o conflito entre o incentivo à produção agrícola e a necessidade de conter os salários urbanos agirá contra o pequeno produtor de alimentos?

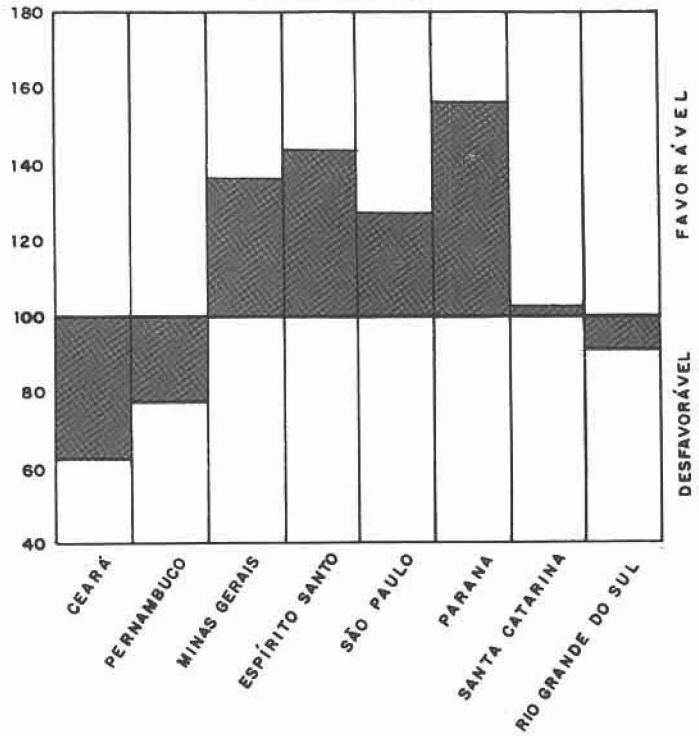
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 – 100) EM ESTADOS SELECIONADOS OUTUBRO/1986



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de novembro).
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de novembro *
3 – Preço médio na última quinzena de novembro *
4 – Preço médio na última semana de novembro *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

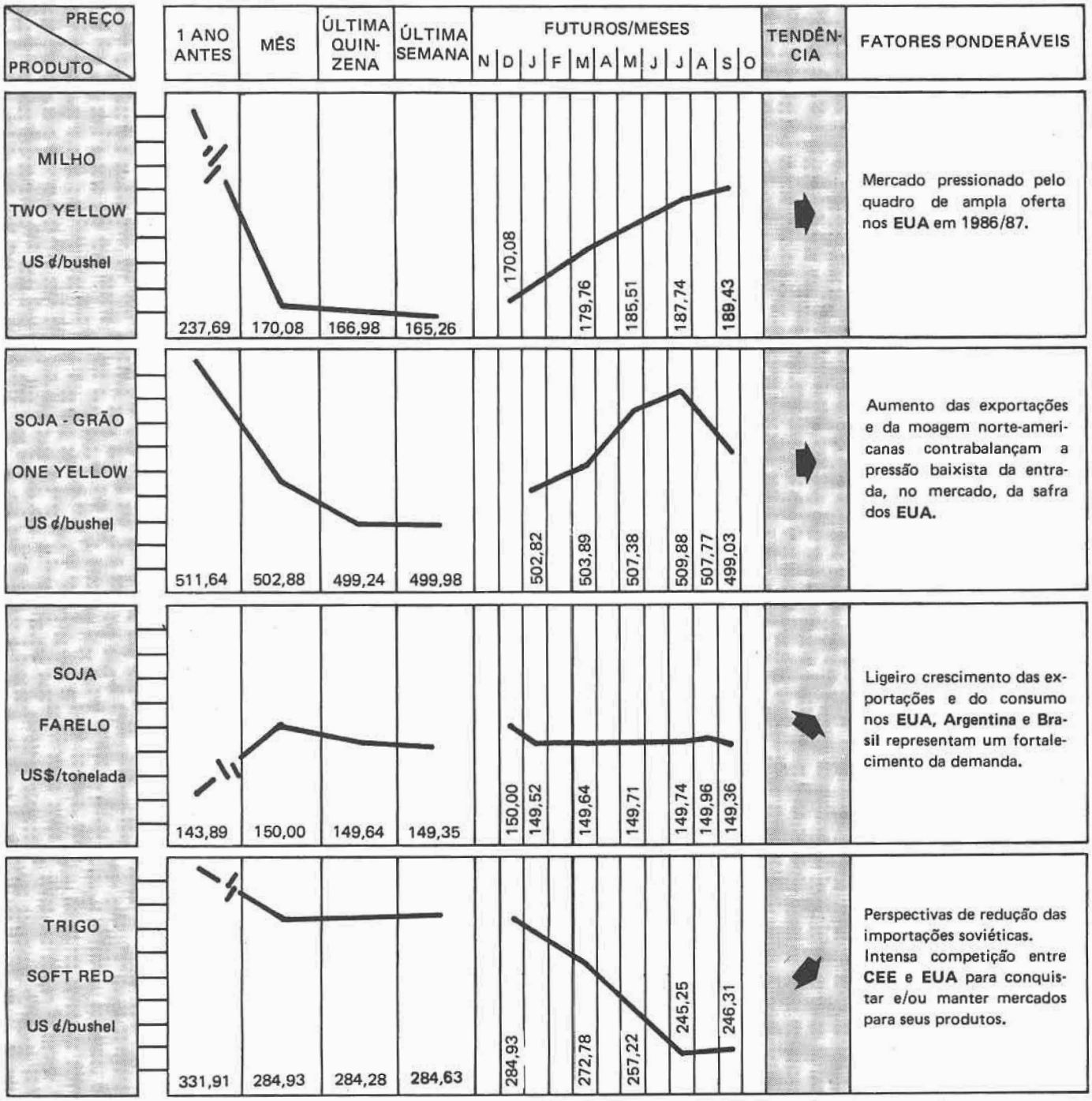
*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	5,54	5,94	5,79	5,74			6,32		6,83		6,95		7,07		7,15		➡	A empresa alemã **F.O. Licht** estimou a redução do estoque mundial, no início de 1986/87, em apenas 1,01 milhão de t. Já **E.D. and F. Man** acredita que as importações e exportações internacionais se retrairão, no próximo ano.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	61,20	48,45	48,87	49,98		48,45			48,68		48,90		49,08			50,18	➡	O **Departamento de Comércio** dos **EUA** tem relatado embarques crescentes. O programa do **USDA** para o algodão, segundo **Futures Market Service**, não trouxe novidades.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.079	1.886	1.860	1.844		1.886			1.882		1.966		1.987		1.961		➡	Sem fatos novos, o mercado deverá oscilar em torno dos atuais preços baixos.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	158,83	160,69	148,93	150,77		168,86			159,16		159,70		160,38		161,18		➡	Operação conjunta do Brasil e Colômbia suspendendo registro de exportação para dezembro estancou tendência de queda das cotações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de novembro de 1985, corrigido pelo IGP, para novembro de 1986
2 – Preço médio no mês de novembro
3 – Preço médio na última quinzena de novembro
4 – Preço médio na última semana de novembro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	308,84	311,45	313,40	316,80	↗	Segundo o **Prognóstico da Produção Agrícola,** do **IBGE,** a área de plantio da safra 1986/87 será 7% menor do que a da precedente. Espera-se maior procura pelo produto do Centro-Sul.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$/sc. 60 kg	375,09	290,00	290,00	290,00	→	Mercado bem abastecido. Produtores consideram o **redutor** do **EGF** insuficiente para **ativar** o mercado. Maior plantio em todo o Centro-Sul.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	2.661,12	2.713,95	2.513,80	2. 445,00	↘	Fechamento de registro de exportação para dezembro tende a provocar ligeira reação dos preços.
BOI GORDO Cz$ /arroba	409,19	322,50	365,00	450,00	↗	Atraso nas chuvas retarda a normalização do fluxo de animais para abate. A distribuição da carne importada também está atrasada e enfrenta dificuldades.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	690,91	465,50	465,00	465,00	↓	Entrada da safra das águas, cujas perdas por problemas climáticos vêm sendo diminutas, até o momento. Chove muito, em São Paulo, porém.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	13,11	14,20	15,38	16,00	↗	Tendência altista do boi gordo influencia as cotações das aves.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	131,52	105,90	107,00	107,00	→	Mercado encontra-se abastecido com o produto dos estoques governamentais.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	204,16	151,50	152,50	152,50	→	Minidesvalorizações do cruzado podem gerar algum crescimento nos preços internos, apesar da relativa estabilidade no exterior.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

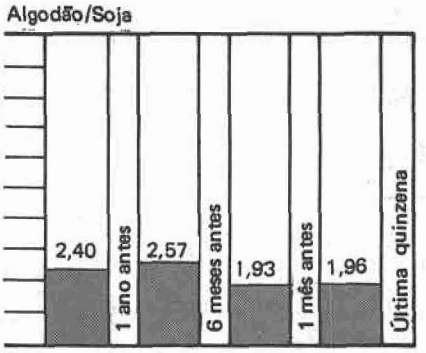
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

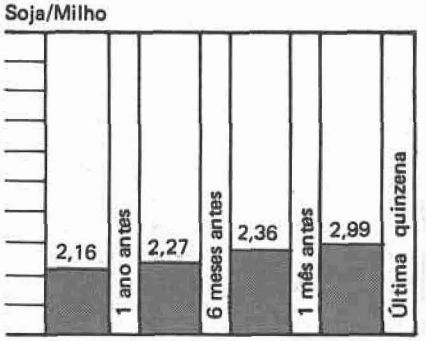
Segundo o **USDA**, o estoque final projetado de algodão, nos **EUA**, é de 5,5 milhões de fardos, no presente ano-safra, 41% a menos do que o verificado um ano antes. A safra norte-americana foi prevista, pelo mesmo órgão, em 9,9 milhões de fardos, acima do nível anteriormente calculado pelos especialistas do mercado. Tais informações acarretaram pequeno aumento no preço do algodão, o que elevou esta **relação**, na última quinzena, comparativamente à média do mês.

Algodão/Soja



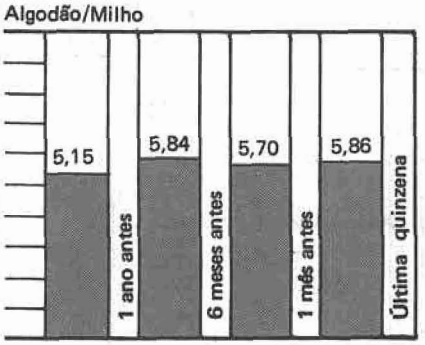
O preço relativivo **soja/milho** da quinzena é superior ao de um mês antes e registra a queda observada nas cotações do cereal, já que a soja teve suas cotações estabilizadas, no período. O **USDA** avaliou, em novembro, a safra norte-americana da leguminosa em patamar superior ao que faziam prever as pesadas chuvas que caíram nas regiões produtoras, devido à melhoria do rendimento físico das lavouras.

Soja/Milho



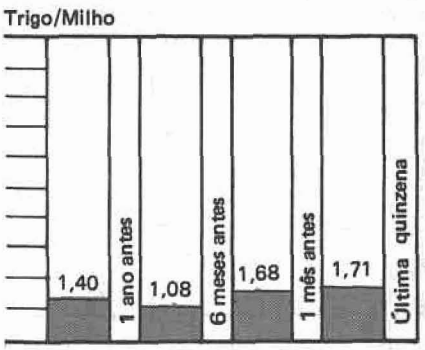
O preço relativo **algodão/milho** retomou uma tendência de alta na última quinzena, apresentando-se semelhante ao de seis meses antes. Fortalecendo o efeito que teve a já citada elevação do preço do algodão para esse resultado, em comparação com a média do mês, adicionou-se a tendência de queda das cotações no mercado do milho, no período. O panorama para o cereal norte-americano no momento não é dos melhores, pois não só o **USDA** reviu para mais a safra norte-americana 1986/87 (agora avaliada em 209 milhões de t), como também diminuíram 7% as exportações projetadas dos **EUA** para o mesmo período, agora estabelecidas em 33 milhões de t.

Algodão/Milho



A retromencionada queda das cotações do milho responde pela atual situação deste preço relativo, uma vez que o preço do trigo não se alterou, no período. O mercado desse cereal vem-se mantendo estável. Há preocupações quanto à influência das más condições climáticas sobre o desenvolvimento da safra tritícola norte-americana e as estimativas de exportação são desanimadoras.

Trigo/Milho

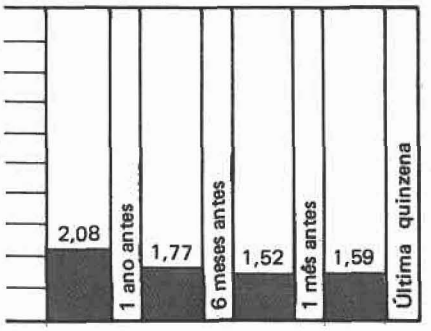


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

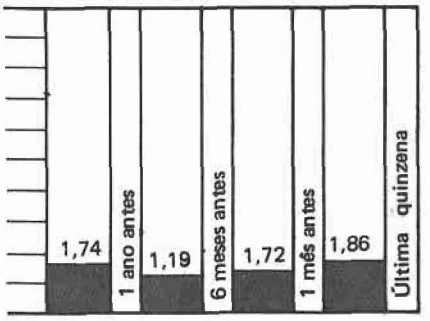
Com a acentuação do quadro de escassez da carne bovina, as cotações do boi gordo vêm-se mantendo em alta, o que impulsiona os preços do frango vivo. Na quinzena, elevou-se o preço relativo **boi gordo/frango vivo**, em razão do ganho mais acentuado da carne vermelha. Há um ano, no entanto, esse indicador era mais elevado, refletindo a maior desvalorização observada no preço da ave.

Boi Gordo/Frango Vivo



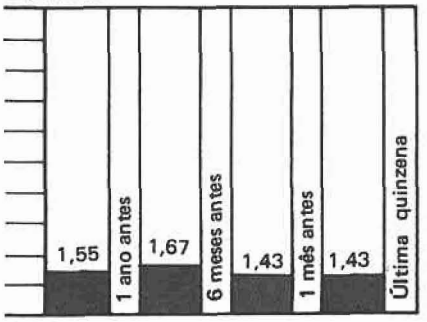
Devido ao suposto **congelamento** dos preços da ração para ave de corte, o preço relativo **frango vivo/ração** mantém tendência de alta. No entanto, cumpre observar que os criadores vêm denunciando o aumento dos preços desse alimento, o que leva a crer que sua margem real de lucro seja inferior à calculada.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



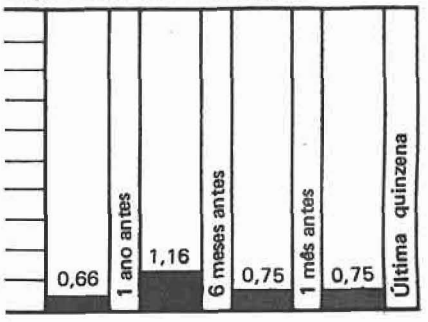
Tanto a soja quanto o milho registraram estabilidade em suas cotações, na última quinzena, comparativamente à média do mês. No caso do milho, o mercado encontra-se calmo em plena entressafra, pois a colocação dos estoques governamentais vem suprindo a maior demanda, derivada do crescimento das criações de aves e de suínos.

Soja/Milho



O abastecimento regular, tanto do feijão preto quanto do feijão carioquinha, facultou a estabilização dos seus preços na última quinzena, comparativamente à média do mês. Daí, não se ter alterado o mais recente preço relativo, frente ao precedente. Em comparação com o patamar de um ano antes, observa-se que, no período, houve maior valorização relativa da variedade feijão preto, cujo suprimento, no Rio de Janeiro, é a base de produto importado.

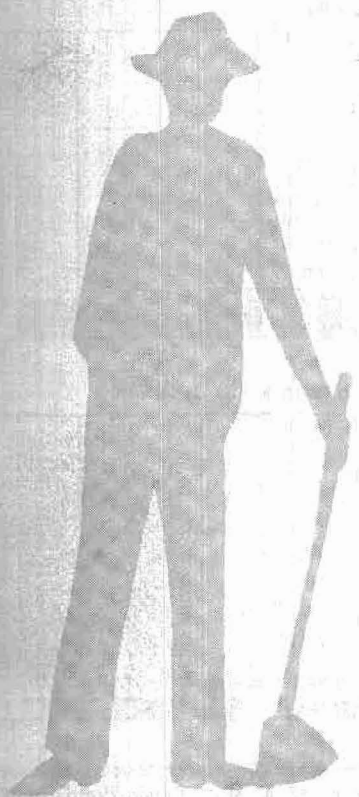
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 23 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE NOVEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	39.299	826.785
Algodão	3.192.792	2.343.773
Algodão arbóreo (em caroço)	1.167.676	121.808
Algodão herbáceo (em caroço)	2.025.116	2.221.965
Alho	14.708	60.658
Amendoim (em casca)	160.985	216.261
Amendoim (1ª safra)	111.883	155.720
Amendoim (2ª safra)	49.102	60.541
Arroz (em casca)	5.590.216	10.406.430
Aveia (em grão)	129.020	124.782
Banana	430.399	512.207[2]
Batata-inglesa	159.925	1.820.143
Batata-inglesa (1ª safra)	94.467	915.798
Batata-inglesa (2ª safra)	65.458	904.345
Cacau (em amêndoa)	658.249	459.292
Café (em coco)	2.259.046	2.007.200
Cana-de-açúcar	4.078.926	251.522.703
Cebola	63.403	635.288
Centeio (em grão)	5.492	5.010
Cevada (em grão)	101.401	162.916
Coco-da-baía	173.996	593.967[3]
Feijão (em grão)	5.473.143	2.221.419
Feijão (1ª safra)	2.868.809	1.007.196
Feijão (2ª safra)	2.604.334	1.214.223
Fumo (em folha)	278.588	389.199
Guaraná (semente)	9.614	1.419
Juta (fibra)	28.737	27.857
Laranja	705.515	66.500.905[3]
Malva (fibra)	37.585	34.804
Mamona	457.744	263.065
Mandioca	2.055.473	25.702.450
Milho (em grão)	12.477.478	20.512.157
Pimenta-do-reino	20.221	44.342
Rami	5.530	7.000
Sisal (fibra)	331.111	255.063
Soja (em grão)	9.176.939	13.317.569
Sorgo (em grão)	199.598	370.122
Tomate	51.823	1.850.550
Trigo	3.894.736	5.273.095
Uva	58.546	588.566

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **mil cachos;**

[3] **mil frutos.**

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A..

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Salomão Lipcovitch Quadros da Silva

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL